



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

RAFAELA DA SILVA CHUDIS

**MERCADO DE TRABALHO E ESTRUTURA DE RENDA  
FAMILIAR:  
UMA ANÁLISE NA REGIÃO SUL DO BRASIL**

---

Londrina  
2025

RAFAELA DA SILVA CHUDIS

**MERCADO DE TRABALHO E ESTRUTURA DE RENDA  
FAMILIAR:  
UMA ANÁLISE NA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Roberto Ferreira

Londrina  
2025

C559m Chudis, Rafaela Da Silva  
MERCADO DE TRABALHO E ESTRUTURA DE RENDA  
FAMILIAR: UMA ANÁLISE NA REGIÃO SUL DO  
BRASIL / Rafaela Da Silva Chudis. - Londrina, 2025. 77  
fls.

Orientador: Carlos Roberto Ferreira.  
Dissertação (Mestrado em Economia Regional) -  
Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos  
Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em  
Economia Regional, 2025.

Inclui bibliografia.

1. Mercado de Trabalho – Tese. 2. Chefe de Família –  
Tese. 3. Provedores Secundários – Tese. 4. Modelo *Logit*  
Binomial - Tese. I. Roberto Ferreira, Carlos. II. Universidade  
Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados.  
Programa de Pós-Graduação em Economia Regional. III.  
Título.

RAFAELA DA SILVA CHUDIS

**MERCADO DE TRABALHO E ESTRUTURA DE RENDA  
FAMILIAR:  
UMA ANÁLISE DA REGIÃO SUL DO BRASIL**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Carlos Roberto Ferreira  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carina Diane Nakatani Macedo  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Prof. Dr. Daniel da Silva Barros  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 16 de julho de 2025.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, fonte de toda sabedoria, conhecimento e das oportunidades que recebi ao longo desta jornada. Sua presença constante me fortaleceu e iluminou meus passos, especialmente nos momentos de maior desafio.

Expresso minha profunda gratidão aos meus queridos pais, Marilsa e José Claudemir, por todo amor, apoio incondicional e pelos ensinamentos que moldaram o meu caminho. Suas palavras e gestos foram âncoras firmes em todos os momentos.

A minha amada avó, Aparecida, agradeço de coração pelos conselhos sempre sábios e pela paz que seu abraço e sua presença me proporcionam, tornando leves as fases mais difíceis.

Reconheço com carinho a orientação dos professores Carlos Roberto, Carina e Daniel, que, com paciência e dedicação, guiaram minha trajetória acadêmica, oferecendo não apenas conhecimento, mas também incentivo.

Finalmente, agradeço a Capes pelo apoio e concessão da bolsa, colaborando para que tudo isso fosse possível.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, minha eterna gratidão.

Acima de tudo, dedico esta dissertação a Deus. Dedico também a meus honoráveis pais, aos quais amo com todo meu coração. Finalmente, dedico esta dissertação aos professores que estiveram presentes durante meu processo de aprendizagem, especialmente ao professor Dr. Carlos Roberto Ferreira.

## RESUMO

CHUDIS, Rafaela da Silva. **Mercado de trabalho e estrutura de renda familiar: uma análise do Sul do Brasil.** 2025. 77 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Esta pesquisa é composta por dois artigos que investigam a dinâmica do mercado de trabalho e a estrutura da renda familiar na Região Sul do Brasil, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), a partir da quinta visita anual. O primeiro artigo tem como objetivo identificar os fatores que influenciam a empregabilidade dos chefes de família entre os anos de 2016 e 2023, por meio da aplicação do modelo *Logit* Binomial, que estima a probabilidade de um trabalhador ser reconhecido como chefe de família a partir de características como idade, sexo, escolaridade, cor ou raça, renda, composição familiar e rendimentos diversos. Os resultados indicam que a posição de chefia é mais comum entre homens mais velhos que contribuem com uma parcela maior da renda total do domicílio, sendo que pessoas de meia-idade têm efeito positivo sobre a chance de ocupar essa posição, ao passo que ser mulher e residir em domicílios com mais moradores reduzem essa probabilidade. O segundo artigo analisa a contribuição dos provedores secundários na composição da renda domiciliar em lares onde o chefe de família encontra-se empregado. Foi utilizada a Regressão Linear para avaliar os efeitos das mesmas características sobre a proporção da renda total gerada por esses membros. Os resultados apontam que a renda adicional dos provedores secundários, sobretudo de cônjuges, tem se tornado cada vez mais relevante para a estabilidade econômica das famílias, sendo favorecida por níveis mais altos de escolaridade e pela inserção formal no mercado de trabalho. De modo geral, os achados de ambos os artigos revelam transformações estruturais nas famílias da Região Sul, com impactos na divisão das responsabilidades econômicas, e reforçam a importância de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e à redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** mercado de trabalho; renda adicional; chefe de família; provedor secundário.

## ABSTRACT

CHUDIS, Rafaela da Silva. **Labor market and family income structure: an analysis of Southern Brazil.** 2025. 77 p. Dissertation (Masters in Economics) – Center of Applied Social Studies, State University of Londrina, Londrina, 2025.

This research consists of two articles that investigate the dynamics of the labor market and the structure of family income in the Southern Region of Brazil, based on the Continuous National Household Sample Survey (PNADC), from the fifth annual visit. The first article aims to identify the factors that influence the employability of heads of household between 2016 and 2023, through the application of the Binomial Logit model, which estimates the probability of a worker being recognized as head of household based on characteristics such as age, sex, education, color or race, income, family composition and miscellaneous income. The results indicate that the position of head of household is more common among older men who contribute a larger share of the total household income, with middle-aged people having a positive effect on the chance of occupying this position, while being a woman and living in households with more residents reduce this probability. The second article analyzes the contribution of secondary providers in the composition of household income in households where the head of household is employed. Linear Regression was used to assess the effects of the same characteristics on the proportion of total income generated by these members. The results indicate that the additional income of secondary providers, especially spouses, has become increasingly relevant for the economic stability of families, being favored by higher levels of education and formal insertion in the labor market. In general, the findings of both articles reveal structural transformations in families in the Southern Region, with impacts on the division of economic responsibilities, and reinforce the importance of public policies aimed at productive inclusion and reducing gender inequalities in the labor market.

**Key-words:** labor market; additional income; head of household; secondary provider.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	– Perfil socioeconômico dos provedores (%) – Região Sul, de 2016 a 2023 .....	32
<b>Tabela 2</b>	– Renda média do Brasil e da Região Sul – 2016 a 2023.....	34
<b>Tabela 3</b>	– Perfil amostral do chefe de família, em percentual – Brasil e Região Sul, de 2016 a 2023.....	36
<b>Tabela 4</b>	– Modelo <i>Logit - Odds Ratio</i> – Chefes de Família da Região Sul de 2016 a 2023 .....	38
<b>Tabela 5</b>	– Resultado dos efeitos marginais - Chefes de Família da Região Sul do Brasil de 2016 a 2023 .....	42
<b>Tabela 6</b>	– Percentual de Não Chefes de Família empregados na Região Sul – 2016 a 2023 .....	61
<b>Tabela 7</b>	– Proporção média de contribuição na renda familiar do trabalho na Região Sul (%) - 2016 a 2023 .....	62
<b>Tabela 8</b>	– Resultados Econométricos da proporção de participação na renda familiar do trabalho na Região Sul - 2016 a 2023 .....	65

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LII	Instituto Legal de Informações – Cornell, Estados Unidos
MCRLN	Modelo Clássico de Regressão Linear Normal
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PEA	População Economicamente Ativa
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RV	Razão de Verossimilhança
UEL	Universidade Estadual de Londrina

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR NO MERCADO DE TRABALHO SOB A ÓTICA DO CHEFE DE FAMÍLIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL</b> .....	<b>16</b>
2.1	INTRODUÇÃO.....	16
2.2	REVISÃO DE LITERATURA .....	18
2.2.1	Revisão Teórica .....	18
2.2.2	Revisão Empírica .....	22
2.3	BASE DE DADOS E METODOLOGIA.....	25
2.3.1	Base de Dados.....	25
2.3.2	Metodologia .....	26
2.4	RESULTADOS .....	32
2.4.1	Dados Descritivos .....	32
2.4.2	Resultados Econométricos.....	38
2.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
<b>3</b>	<b>RENDA ADICIONAL DO TRABALHO: DETERMINANTES DA CONTRIBUIÇÃO DE PROVEDORES SECUNDÁRIOS NO ORÇAMENTO FAMILIAR DO SUL DO BRASIL</b> .....	<b>47</b>
3.1	INTRODUÇÃO.....	47
3.2	REVISÃO DE LITERATURA .....	49
3.2.1	Revisão Teórica .....	49
3.2.2	Revisão Empírica .....	52
3.3	BASE DE DADOS E METODOLOGIA.....	54
3.3.1	Base de Dados.....	54
3.3.2	Metodologia .....	55
3.4	RESULTADOS .....	60
3.4.1	Dados Descritivos .....	61
3.4.2	Resultados Econométricos.....	63
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	70

<b>3</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>72</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A dinâmica do mercado de trabalho e a composição da renda familiar constituem temas centrais na análise econômica contemporânea, especialmente em um contexto de transformações sociais e mudanças nas estruturas familiares. No Brasil, observa-se um cenário de crescente diversificação das fontes de renda domiciliar, com maior participação dos membros secundários no provimento financeiro das famílias, e o resultado é um aumento da renda familiar, pois quanto mais membros da família se inserem no mercado, maior tende a ser a renda da casa (WANJMAN; TURRA, 2006). Compreender essas mudanças é essencial para o desenho de políticas públicas que promovam a inclusão produtiva e a redução das desigualdades socioeconômicas.

A relevância desta pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento acerca dos determinantes da empregabilidade dos chefes de família e os fatores-chave da contribuição proporcional dos provedores secundários na composição da renda domiciliar. Em um ambiente de persistentes desigualdades de gênero e de desafios no mercado de trabalho, analisar essas questões permite entender melhor a reorganização das responsabilidades econômicas dentro dos lares brasileiros, bem como os fatores que favorecem ou limitam essa dinâmica.

A escolha da Região Sul como foco desta pesquisa está alinhada aos princípios da Economia Regional para compreender o desenvolvimento econômico local. Os aspectos conceituais da Economia Regional têm por característica a interdisciplinaridade dos conceitos de espaço, território e região, além de entender como isso afeta os estudos sobre desenvolvimento de um determinado território do ponto de vista econômico (ALVES *et al.*, 2024). Dessa forma, esse recorte justifica-se não só pela localização de origem da pesquisa, mas também pelo interesse em aprofundar o entendimento das dinâmicas regionais que tornam o Sul uma região de destaque no mercado de trabalho.

Além disso, a Região Sul tem demonstrado bons indicadores voltados a empregabilidade no Brasil nos últimos anos. Segundo dados da FGV/IBRE (2023), entre 2019 e 2023, a região registrou as menores taxas de desemprego do país, com aproximadamente 5% no primeiro quadrimestre de 2023, frente a média geral do Brasil, de 8,8%. Apesar desse desempenho, há uma lacuna na literatura sobre os fatores que explicam essa performance. Enquanto muitas pesquisas focam em

regiões com maiores indicadores de desemprego, como o Nordeste - alcançando um percentual de 12,2% em 2023, segundo FGV/IBRE (2023) -, ou em grandes centros populacionais, como São Paulo, a Região Sul carece de estudos que busquem compreender os elementos que sustentam o dinamismo econômico e o mercado de trabalho, o que reforça ainda mais a importância da pesquisa.

Assim sendo, a dissertação está estruturada em dois artigos científicos. O primeiro artigo investiga os determinantes da empregabilidade dos chefes de família na Região Sul do Brasil no período de 2016 a 2023. A pesquisa é fundamentada na Teoria do Capital Humano de Becker (1993) e nos modelos de participação no mercado de trabalho propostos por Mincer (1962), que destacam a influência de fatores como escolaridade, idade, gênero e composição familiar sobre a decisão de inserção laboral. Utilizando dados da quinta visita anual, fornecidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua e a aplicação do modelo *Logit* Binomial, o artigo analisa como características individuais e socioeconômicas afetam a probabilidade de um trabalhador ser considerado chefe de família. As hipóteses principais indicam que meia-idade ou possuir idade intermediária, ser homem e ter uma maior proporção da renda domiciliar aumentam essa probabilidade, enquanto fatores como maior número de moradores, tendem a reduzir.

O segundo artigo examina a contribuição dos provedores secundários à renda familiar, considerando domicílios em que o chefe de família já se encontra empregado. Fundamentado nos mesmos referenciais teóricos e utilizando os dados da quinta visita anual da PNADC, o estudo analisa a influência de variáveis socioeconômicas sobre a proporção com que esses contribuem para a renda total do trabalho no domicílio. A partir da aplicação da Regressão Linear, avalia-se de que forma fatores como escolaridade, sexo, presença de crianças pequenas, e estrutura familiar influenciam a proporção da renda total domiciliar atribuída a esses indivíduos. A hipótese central sustenta que níveis mais elevados de escolaridade e a inserção formal no mercado de trabalho entre os provedores secundários ampliam sua capacidade de complementar a renda do domicílio, contribuindo, assim, para a estabilidade econômica das famílias.

Assim, o trabalho propõe-se a oferecer uma contribuição empírica relevante para o debate sobre as mudanças no perfil dos chefes de família e a crescente importância dos rendimentos gerados pelos provedores secundários. Além disso, pretende fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas que

reconheçam as novas configurações familiares e ampliem as oportunidades de inserção produtiva de todos os membros da família no mercado de trabalho.

Esta dissertação está estruturada em quatro partes. A primeira corresponde à introdução, na qual são apresentados o contexto e os objetivos do estudo. A segunda parte contém o primeiro artigo, que discute os fatores que influenciam a empregabilidade dos chefes de família na Região Sul do Brasil. Na terceira parte, é desenvolvido o segundo artigo, voltado à análise da contribuição dos provedores secundários para a renda familiar. Por fim, a quarta parte apresenta as principais conclusões e considerações finais do trabalho.

## 2 DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR NO MERCADO DE TRABALHO SOB A ÓTICA DO CHEFE DE FAMÍLIA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

### 2.1 INTRODUÇÃO

A inserção no mercado de trabalho e a composição da renda familiar são temas centrais na análise econômica, especialmente no que se refere à distribuição das responsabilidades entre os membros da família. Historicamente, o chefe de família tem sido identificado como o principal provedor econômico do lar, sendo aquele cuja renda contribui de maneira mais significativa para a manutenção do domicílio. No entanto, transformações sociais e econômicas têm redefinido esse papel, levando à crescente participação dos chamados provedores secundários na composição da renda familiar (BECKER, 1993; MINCER, 1962). Isso levanta uma questão acerca do envolvimento do chefe de família dentro do mercado de trabalho. Torna-se importante entender como em tempos recentes, os provedores principais vêm mudando sua forma de inserir no mercado de trabalho, uma vez que mais membros da família também passam a participar dele.

A decisão dos chefes de família de permanecerem no mercado de trabalho, bem como a forma como sua participação se diferencia da dos provedores secundários, é influenciada por uma série de fatores. A teoria econômica destaca elementos como escolaridade, gênero, idade, formalização do trabalho e estrutura do domicílio como determinantes da empregabilidade (MINCER, 1962). No caso dos chefes de família, a pressão econômica para se manterem empregados tende a ser maior, enquanto os provedores secundários podem ter maior flexibilidade na participação no mercado de trabalho, ajustando sua contribuição conforme a necessidade financeira do domicílio (SOUSA *et al.*, 2017).

Estudos empíricos indicam que a composição da renda familiar varia conforme fatores estruturais e conjunturais. Sousa *et al.* (2017) analisaram a inserção dos cônjuges no mercado de trabalho e constataram que a escolaridade e o número de filhos impactam significativamente a participação feminina, reduzindo a taxa de empregabilidade entre mulheres chefes de família. De modo semelhante, Sorj, Fontes e Machado (2007) destacam que, apesar das mudanças sociais, a divisão do trabalho

dentro dos lares ainda impõe barreiras à plena participação dos provedores secundários, reforçando desigualdades de gênero e influenciando a estrutura econômica dos domicílios.

Dito isso, surge a necessidade do entendimento das respectivas variáveis com relação aos chefes de família, que compõem a parte mais importante do sustento familiar. Uma vez que fatores socioeconômicos como idade, escolaridade e sexo têm impacto no cenário do mercado de trabalho brasileiro como um todo, é de se esperar que afetem significativamente os chefes de família.

Outro aspecto relevante para a análise da participação dos chefes de família no mercado de trabalho é o impacto de crises econômicas e mudanças nas condições do mercado. Paula *et al.* (2023) analisaram os efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro e observaram que a crise afetou de maneira distinta chefes de família e provedores secundários. Enquanto os primeiros mantiveram-se em sua maioria empregados devido à necessidade de sustentar o domicílio, os secundários tiveram maior flexibilização, podendo reduzir sua carga horária, mas não necessariamente deixar o mercado de trabalho.

Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), busca-se analisar como diferentes fatores socioeconômicos influenciam a probabilidade de um trabalhador sul-brasileiro ser chefe de família, em contraste com a participação dos demais provedores na economia doméstica.

A escolha da Região Sul como foco do estudo se justifica por suas particularidades socioeconômicas e demográficas. Segundo dados do IBGE (Síntese de Indicadores Sociais, 2023), os estados do Sul apresentam algumas das menores taxas de informalidade do Brasil, níveis médios de escolaridade mais elevados e melhores indicadores de rendimento domiciliar *per capita*, de acordo com dados do IPEA (Atlas da Vulnerabilidade Social, 2022). Nesse sentido, compreender os fatores que contribuem para esses resultados expressivos torna-se fundamental para identificar quais aspectos estruturais, sociais ou de políticas públicas podem estar associados a esse desempenho superior, permitindo a formulação de estratégias mais eficazes para outras regiões do país.

A relevância desta pesquisa está em sua contribuição para a compreensão das mudanças estruturais na empregabilidade dos chefes de família e sua interação com os provedores secundários. Os resultados obtidos poderão fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas voltadas para a promoção da inclusão social e da

segurança econômica das famílias, considerando as diferenças na participação laboral entre chefes e provedores secundários. Dessa maneira, a pesquisa se insere em um debate sobre as dinâmicas familiares e o mercado de trabalho, oferecendo uma análise aprofundada sobre as condições que determinam a empregabilidade dos chefes de família e as diferenças em relação aos demais provedores do domicílio.

O presente estudo está disposto em 5 seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção abordará a revisão de literatura, separada em 2 subseções: revisão teórica e revisão empírica, enfatizando os principais estudiosos da área e pesquisas que se assemelham a essa. A terceira seção será a base de dados e metodologia, também separada em duas subseções com os respectivos nomes, apresentando a origem dos dados e seu tratamento. A seguinte seção, demonstra os resultados preliminares e econométricos da pesquisa. Por fim, a última seção aborda as considerações finais acerca de toda a informação obtida através do estudo.

## 2.2 REVISÃO DE LITERATURA

A forma como as estruturas familiares e situações aos quais estão inseridas determinam a decisão dos membros da família no mercado de trabalho é fonte de diversas teorias e pesquisas econômicas acerca do tema. Compreender a contribuição dos provedores do núcleo da família, sejam eles chefes de família ou não, é essencial para analisar as dinâmicas que moldam a estrutura econômica familiar.

### 2.2.1 Revisão Teórica

Dentre as principais obras teóricas a respeito da estrutura e da dinâmica familiar está a de Becker (1993). Em seu Tratado da Família, o autor analisa a divisão do trabalho dentro dos lares, destacando o papel da especialização e da vantagem comparativa na alocação do tempo entre atividades domésticas e de mercado. Sob a ótica do chefe de família, a estrutura do lar é concebida como uma unidade produtiva, na qual os membros distribuem suas funções de maneira a maximizar o bem-estar coletivo. A empregabilidade dos indivíduos dentro da família é, portanto, influenciada por essa organização do trabalho e pelos investimentos em capital humano (BECKER, 1993).

Quando os retornos da especialização são altos, a divisão do trabalho se

intensifica: alguns membros se dedicam exclusivamente ao setor de mercado, enquanto outros concentram seus esforços no trabalho doméstico. Essa lógica sustenta a estrutura tradicional, na qual o chefe de família (geralmente o homem) assume a principal função de provedor financeiro, enquanto outros membros ajustam sua empregabilidade em função das necessidades domésticas e do capital humano acumulado (BECKER, 1993).

Em sua teoria, Becker (1993) sugere que escolha entre trabalho formal e doméstico não ocorre de maneira aleatória, mas sim em resposta a incentivos econômicos e às restrições impostas pelo ambiente familiar. A decisão de um indivíduo de participar do mercado de trabalho depende de fatores como a produtividade relativa no setor doméstico, o retorno do investimento em educação e experiência profissional e a demanda por tempo dentro do lar. Dessa forma, a empregabilidade de cada membro da família é condicionada não apenas pelas suas habilidades individuais, mas também pelo equilíbrio dinâmico entre trabalho produtivo e obrigações familiares.

A divisão sexual do trabalho, embora amplamente determinada por fatores biológicos e sociais, também influencia a empregabilidade dos indivíduos. A histórica especialização das mulheres no setor doméstico, por exemplo, pode restringir suas oportunidades no mercado de trabalho, enquanto a trajetória profissional dos homens tende a ser mais contínua e alinhada às exigências do setor produtivo (BECKER, 1993). No entanto, as mudanças nos padrões de emprego e no papel das mulheres na economia vêm alterando essa dinâmica, permitindo uma maior flexibilidade na alocação do tempo entre as esferas doméstica e profissional.

Em síntese, a abordagem de Becker oferece um arcabouço teórico fundamental para compreender os determinantes da empregabilidade dentro da família. A decisão de cada membro em ingressar ou permanecer no mercado de trabalho está diretamente relacionada à estrutura produtiva do lar, às vantagens comparativas individuais e às necessidades da unidade familiar. Sob a ótica do chefe de família, essa organização visa maximizar o bem-estar coletivo, garantindo que a especialização e a alocação eficiente de recursos sustentem a estabilidade econômica da família.

Outro estudo teórico que possui grande contribuição no contexto da tomada de decisão da família é o de Mincer (1962), considerado o pai da economia do trabalho moderna. Seu estudo sobre a participação das mulheres casadas na força de trabalho,

analisa os fatores que influenciam a oferta de trabalho feminino, enfatizando a interação entre renda familiar, efeito substituição e efeito renda. Sua abordagem contribui para a compreensão dos determinantes da empregabilidade dentro da família, particularmente sob a ótica do chefe de família, ao considerar como a alocação de tempo entre trabalho remunerado e doméstico afeta as decisões dos membros do domicílio.

O modelo econômico apresentado por Mincer (1962) baseia-se na teoria da escolha entre lazer e trabalho, na qual um aumento nos salários pode ter dois efeitos opostos: (i) o efeito substituição, que incentiva a maior participação no mercado de trabalho devido ao custo de oportunidade do tempo não trabalhado; e (ii) o efeito renda, que reduz a necessidade de trabalho à medida que o aumento da renda permite maior consumo de lazer. No contexto das famílias, a decisão de um membro entrar ou permanecer na força de trabalho está condicionada não apenas a seu próprio salário, mas também à renda do chefe de família, o que influencia a alocação de tempo dos demais membros.

O estudo demonstra que há uma relação inversa entre a renda do marido e a participação da esposa no mercado de trabalho, evidenciada pelo fato de que mulheres casadas são mais propensas a ingressar no mercado quando a renda do chefe de família é menor. Essa relação reflete a necessidade de complementação da renda familiar e sugere que a empregabilidade dos membros da família está diretamente associada às condições econômicas do domicílio. No entanto, Mincer (1962) também identifica um aumento secular na participação das mulheres na força de trabalho ao longo do tempo, o que indica que fatores estruturais, como mudanças na escolaridade, disponibilidade de serviços domésticos substitutos e evolução dos papéis de gênero, também influenciam essa dinâmica.

Outro aspecto relevante abordado por Mincer (1962) é a interdependência das decisões laborais no contexto familiar. O modelo proposto reconhece que a alocação de trabalho doméstico e de mercado não é uma decisão puramente individual, mas sim um resultado da maximização conjunta do bem-estar familiar. Assim, a empregabilidade dos membros da família é influenciada não apenas por suas características individuais, como educação e experiência, mas também pela renda e pelas escolhas do chefe de família, que frequentemente atua como principal provedor. A relação entre salário feminino e participação no mercado de trabalho é analisada sob a ótica do efeito substituição, mostrando que mulheres com maiores níveis

educacionais e, conseqüentemente, maior potencial de renda, têm maior probabilidade de ingressar e permanecer no mercado de trabalho. No entanto, esse efeito pode ser mitigado quando a renda do chefe de família é suficientemente alta para permitir que a mulher opte pelo trabalho doméstico ou pelo lazer.

Mincer (1962) também destaca o impacto dos ciclos econômicos na empregabilidade dos membros da família. Durante períodos de recessão, quando há perda de renda do chefe de família, observa-se um aumento na participação feminina no mercado de trabalho, um fenômeno conhecido como "efeito trabalhador adicional". Esse comportamento sugere que, em situações de instabilidade econômica, outros membros da família ajustam sua oferta de trabalho para compensar perdas de renda, reforçando a ideia de que a empregabilidade dentro do núcleo familiar é dinâmica e responde a choques externos.

Em síntese, a análise de Mincer (1962) fornece um arcabouço teórico essencial para compreender os determinantes da empregabilidade dentro da família. Sob a ótica do chefe de família, a decisão de trabalhar ou não para os demais membros está condicionada a fatores econômicos e estruturais, como a renda disponível, o nível de educação e as condições do mercado de trabalho. A especialização dentro do lar e a participação na força de trabalho são, portanto, fenômenos interdependentes, moldados tanto por fatores individuais quanto pelas necessidades e estratégias do domicílio como unidade econômica.

Diante das abordagens teóricas de Becker (1993) e Mincer (1962), evidencia-se que a empregabilidade dos membros da família é resultado de um equilíbrio dinâmico entre especialização produtiva, incentivos econômicos e restrições domésticas. Becker (1993) destaca a divisão do trabalho dentro do lar como uma estratégia de maximização do bem-estar coletivo, enquanto Mincer (1962), ressalta a influência da renda familiar, bem como dos efeitos substituição e renda, na decisão de participar do mercado de trabalho. A interdependência dessas escolhas demonstra que a alocação do tempo entre trabalho remunerado e doméstico não é apenas uma decisão individual, mas um reflexo da estrutura familiar e das condições econômicas vigentes. Nesse sentido, compreender os determinantes da empregabilidade dentro do núcleo familiar permite uma análise mais profunda das mudanças no poder de compra das famílias, fornecendo subsídios para políticas públicas voltadas à inclusão no mercado de trabalho e ao equilíbrio entre vida profissional e doméstica, especialmente no contexto da participação feminina na economia.

### 2.2.2 Revisão Empírica

A estruturação dos arranjos familiares e a definição do chefe de família são aspectos fundamentais para compreender a dinâmica econômica dos domicílios. Os provedores familiares, ou seja, os indivíduos que contribuem para a renda da casa, podem incluir o chefe de família, cônjuges, filhos e até mesmo pais, desempenhando um papel essencial na sustentabilidade financeira do núcleo familiar. No entanto, a escolha de quem assume a posição de chefe do domicílio não ocorre de maneira aleatória, sendo influenciada por uma série de fatores socioeconômicos e demográficos.

De acordo com o *Legal Information Institute* (LII, 2024), chefes de família são os provedores que servem de principal suporte às pessoas de sua casa. São responsáveis economicamente pelas pessoas que ali residem, sejam elas cônjuges, filhos e demais familiares, possuindo uma responsabilidade legal sobre elas. Vale ressaltar que essa definição por si só, não necessariamente determina que os chefes de família (ou provedores principais) são os que possuem maior renda na casa (caso haja mais de um provedor), mas que na maioria dos casos, é o que ocorre.

Ser chefe de família também está condicionado a um contexto social em que se está inserido. Até meados de 1970, conforme destaca Andrade (2018), a construção da sociedade brasileira estava pautada no ideal de somente um provedor para a casa, geralmente do sexo masculino, e a esposa como “dona de casa” possuindo o serviço não remunerado de cuidar do ambiente doméstico. No entanto, a partir de anos recentes, essa estrutura vem mudando, se caracterizando pela maior inserção de mulheres no mercado de trabalho, lhes concedendo maior autonomia em caso de famílias monoparentais e se inserindo como provedoras adicionais em famílias tradicionais (ANDRADE, 2018). Desse modo, a definição do chefe de família ser considerado o homem, mesmo na presença de uma provedora, acabou se tornando um cargo mais social do que propriamente econômico.

Alguns estudos têm se dedicado a compreender os fatores que influenciam a estruturação familiar e a definição do chefe de família, utilizando diferentes abordagens metodológicas para analisar essa dinâmica. Guimarães e Santos (2009) investigaram a relação entre maridos e esposas no mercado de trabalho brasileiro para áreas urbanas. Os autores analisam por meio do modelo econométrico *Probit* Bivariado, os determinantes de inserção de maridos e mulheres a trabalhar utilizando

variáveis como escolaridade, filhos, renda *per capita*, chefe de família, nível de experiência, entre outras. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Dentre os resultados obtidos com o estudo, observa-se que possuir filhos é a variável de maior influência para ambos os sexos, sendo para os maridos um incentivo a entrar no mercado de trabalho e para as esposas um incentivo a retirar-se dele. Outro resultado interessante da pesquisa foi o fato de que ser chefe de família aumenta a pressão sobre as mulheres, que tem de se submeter a duplas jornadas de trabalho, uma vez que também são responsáveis pelos cuidados com o lar. Por fim, nota-se que indivíduos de cor/raça branca são os que mais se encontram inseridos no mercado de trabalho, evidenciando de certa forma uma posição desfavorável aos não-brancos (GUIMARÃES; SANTOS, 2009).

Da mesma forma, Sousa *et al.* (2017) analisaram os determinantes da participação dos casais no mercado de trabalho sob a ótica da região Nordeste voltado ao Ceará. Assim como o trabalho de Guimarães e Santos (2009), Sousa *et al.* (2017) buscam entender o que determina e influencia a entrada de ambos, marido e mulher, no mercado de trabalho da região, baseando-se em uma configuração familiar ao qual o homem deixa de ser o único provedor do lar. Também utilizando a base de dados da PNAD de 2015, os autores montam sua equação com base no modelo do *Probit* Bivariado, utilizando informações como cor, idade, escolaridade, chefe de família, filhos, número de pessoas na residência, renda familiar média, entre outros. Dentre os resultados observados, destaca-se que a escolaridade aumenta a participação no mercado de trabalho, mas a educação de um cônjuge pode reduzir a inserção do outro, especialmente das mulheres. A presença de filhos e o tamanho da família aumentam a ocupação dos maridos, mas reduzem a das esposas, refletindo a divisão tradicional de responsabilidades. Mulheres chefes de família têm maior probabilidade possuir trabalho remunerado, enquanto seus maridos tendem a ter menor inserção no mercado laboral. Além disso, uma renda familiar mais alta incentiva a participação dos cônjuges no trabalho para manter o padrão de vida.

Outro estudo que contribui para a compreensão da dinâmica familiar e da definição do chefe de família é o de Sorj, Fontes e Machado (2007), que investiga dados acerca de políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho, porém voltado para uma ótica mais sociológica, o que difere do objetivo do presente estudo. Utilizando dados da PNAD de 1981, 1990, 2001 e 2005, o estudo busca desvendar os problemas das dinâmicas familiares e da escolha dos membros a se inserirem no

mercado de trabalho e como essa dinâmica tem mudado ao longo dos anos analisados. Como a análise é puramente descritiva, com resultados apenas em percentuais e médias, é difícil prever com certeza os efeitos de cada variável escolhida. Por outro lado, os resultados indicam que, as mudanças nas famílias e no mercado de trabalho intensificaram os desafios de conciliar trabalho e vida familiar, sobrecarregando principalmente as mulheres e reforçando desigualdades de gênero. Enquanto a participação dos homens no mercado de trabalho permanece estável, a das mulheres varia conforme a estrutura familiar, sendo menor para mães. A falta de políticas públicas de apoio contrasta com a realidade de países desenvolvidos, deixando as mulheres, especialmente mães, responsáveis por soluções privadas e precárias para esses desafios (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Por fim, abordando também uma dinâmica familiar, estudos recentes de Paula *et al.* (2023) voltam-se para os impactos da pandemia Covid-19 e buscam entender as influências da crise nas condições de trabalho formal brasileiro durante esse período a partir de dados específicos da PNADC Covid-19, a fim de identificar relações entre variáveis como sexo, raça, responsabilidade familiar e a probabilidade de estar empregado com carteira assinada. O modelo utilizado foi o *Logit* Binomial e Multinomial, no qual os empregos formais assumem a variável dependente. Os resultados obtidos pelo estudo foram de que 51,9% dos entrevistados estavam empregados no setor e em sua maioria, do sexo masculino e autodeclarados não brancos, possuindo educação abaixo do ensino superior. Quanto ao perfil, predominam pessoas com idade média de 41 anos, com destaque aos indivíduos que recebiam remuneração até 2 salários-mínimos.

De modo geral, o que se observa no trabalho de PAULA, *et al.*, (2023), é a influência positiva da escolaridade na probabilidade de emprego formal, mesmo em meio à crise sanitária e, diferenças na alocação entre homens e mulheres em diferentes setores de trabalho. O estudo contribui para ressaltar a importância da escolaridade para o emprego formal, uma vez que essa variável apresentou um grande impacto sobre a probabilidade de estar no mercado de trabalho formal, mesmo em um contexto de pandemia. Além disso, observou-se que há diferenças na alocação entre setores ao considerar homens e mulheres, com alguns setores favorecendo os homens em relação à situação formal de emprego, enquanto em outros setores ocorre o inverso.

A análise dos diversos estudos apresentados evidencia que a determinação do

chefe de família no mercado de trabalho não ocorre de forma isolada, mas sim como resultado de uma complexa interação entre fatores econômicos, sociais e demográficos. As pesquisas de Guimarães e Santos (2009) e Sousa *et al.* (2017) demonstram como a participação dos cônjuges no mercado de trabalho está diretamente relacionada a variáveis como escolaridade, renda e composição familiar, reforçando desigualdades de gênero na divisão do trabalho doméstico e profissional. Por outro lado, os estudos de Sorj, Fontes e Machado (2007) e Paula *et al.* (2023) evidenciam a evolução das relações familiares e laborais ao longo do tempo, ressaltando o impacto das transformações econômicas e crises sobre a inserção de diferentes grupos no mercado de trabalho formal. Assim, compreender os determinantes da escolha do chefe de família é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam maior equidade e inclusão no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito à autonomia econômica das mulheres e à redução de disparidades estruturais que ainda persistem.

## 2.3 BASE DE DADOS E METODOLOGIA

A presente seção abordará brevemente acerca da fonte de dados e dos métodos estatísticos utilizados para gerar os resultados da pesquisa.

### 2.3.1 Base de Dados

Para a realização deste estudo, foram utilizados dados da quinta visita anual da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se de uma pesquisa de caráter amostral e representativo, aplicada em domicílios selecionados aleatoriamente em áreas urbanas e rurais de todas as regiões do país. A coleta de dados ocorre de forma contínua — mensal, trimestral e anualmente — por meio de entrevistas domiciliares, abrangendo informações sobre a composição familiar, características individuais, inserção no mercado de trabalho, rendimentos, escolaridade, entre outros aspectos fundamentais para a análise das condições de vida da população brasileira (IBGE, 2025).

O recorte temporal adotado contempla o período de 2016 a 2023, definido conforme a disponibilidade dos dados referentes à quinta visita anual, enquanto o

recorte geográfico abrange o Sul do Brasil, com uma média amostral de indivíduos variando entre 22.000 e 26.000 por ano. A amostra considerada neste estudo é composta exclusivamente por pessoas empregadas, independentemente de ocuparem ou não a posição de chefe de família.

A partir da análise desta base de dados com relação ao recorte temporal e geográfico, é possível compreender fatores que influenciam a inserção dos membros da família no mercado de trabalho, principalmente os chefes de família. São considerados aspectos como idade, sexo, escolaridade, vínculo empregatício e jornada semanal de trabalho, entre outros elementos relevantes.

### 2.3.2 Metodologia

O modelo econométrico escolhido para a análise foi o *Logit* Binomial, devido à sua adequação para estudar variáveis dependentes binárias e sua ampla utilização em pesquisas sobre mercado de trabalho. O modelo *Logit* permite analisar a probabilidade de um chefe de família estar empregado, considerando variáveis independentes como idade, sexo, escolaridade, cor/raça, composição familiar e características socioeconômicas. Essa abordagem é particularmente útil para entender como fatores individuais e estruturais influenciam a empregabilidade na Região Sul do Brasil. Embora a literatura utilize predominantemente o modelo *Probit*, especialmente em contextos com variáveis dependentes com mais de duas categorias, optou-se pelo modelo *Logit* por sua adequação a variáveis binárias estritas, como é o caso deste estudo. Além disso, o *Logit* facilita a interpretação dos resultados em termos de razões de chances, sem perda de robustez empírica (GUJARATI; PORTER, 2011).

Além disso, o modelo *Logit* possibilita a análise dos efeitos marginais de cada variável independente sobre a probabilidade de emprego, oferecendo *insights* sobre quais fatores têm maior impacto na empregabilidade dos chefes de família. No entanto, é importante destacar que o modelo assume que os efeitos das variáveis independentes são constantes, o que pode não refletir totalmente a complexidade das dinâmicas do mercado de trabalho. Apesar dessa limitação, o *Logit* continua sendo uma ferramenta robusta para prever a probabilidade de eventos binários, como a inserção no mercado de trabalho (PINDYCK; RUBINFELD, 2004).

Dessa forma, o modelo utiliza uma variável binária para representar a condição

de empregabilidade, assumindo o valor 1 (um) para chefes de família empregados e 0 (zero) para demais membros do núcleo familiar que também trabalham, sejam eles cônjuges, pais e filhos.

Sua forma funcional pode ser descrita como:

$$P_i = F(Z_i) = F(\alpha + \beta X_i) = \frac{1}{1+e^{-Z_i}} = \frac{1}{1+e^{-(\alpha+\beta X_i)}} \quad (1)$$

onde  $P_i$  representa a probabilidade de determinado evento ocorrer, dado que  $X_j$  ocorre na observação  $i$ , sendo  $1 \leq i \leq k$ , sendo  $k$ , o número de observações existentes,  $\beta_j$  representa o coeficiente da variável independente  $X_j$ ; por fim,  $Z_i$  é um índice contínuo teórico determinado pelas variáveis explicativas  $X_j$ , como demonstrado:

$$F(Z_i) = F(\alpha + \beta X_i) \frac{1}{1+e^{-(\alpha+\beta X_i)}} \quad (2)$$

Conforme destacado por Pindyck e Rubinfeld (2004), modelos como o *Logit*, que trabalham com variáveis contínuas e explicativas, são particularmente adequados para estudos que envolvem decisões binárias, como a análise da empregabilidade dos chefes de família. No modelo *Logit*, a curva da distribuição logística acumulada apresenta maior inclinação quando a probabilidade  $P_i$  atinge 0,5. Nesse ponto, variações nas variáveis explicativas exercem um impacto mais pronunciado sobre a probabilidade de ocorrência do evento em questão, como a inserção ou não no mercado de trabalho.

No modelo *Logit*, a razão de verossimilhança é utilizada para testar a hipótese nula de que todos os coeficientes angulares são iguais a zero, desempenhando um papel semelhante ao teste  $F$  na regressão linear. Sob a hipótese nula, a estatística da razão de verossimilhança ( $RV$ ) segue uma distribuição *qui-quadrado* ( $\chi^2$ ), com graus de liberdade correspondentes ao número de variáveis explicativas, excluindo o termo constante (GUJARATI; PORTER, 2011). O método de máxima verossimilhança, quando aplicado a amostras amplas como a deste estudo, permite estimar os erros padrão com base em uma distribuição aproximada. A estatística  $RV$  segue uma distribuição  $\chi^2$ , e valores mais elevados indicam maior evidência de que o modelo adotado é adequado para a análise proposta (LONG, 1997).

No contexto da regressão logística, a estatística  $Z$  é empregada para avaliar a

significância estatística dos coeficientes estimados. As inferências são baseadas na distribuição normal, e valores de  $p_i < 0,05$  indicam que as variáveis independentes têm uma relação estatisticamente significativa com a variável dependente, como a empregabilidade dos chefes de família (GUJARATI; PORTER, 2011).

Outra medida importante utilizada neste estudo é o *Odds Ratio (OR)*, que quantifica a associação entre as variáveis independentes e a probabilidade de ocorrência do evento analisado. O *OR* indica a razão de chances de um evento acontecer em um grupo comparado a outro. Um *OR* igual a 1 sugere que não há associação entre a variável e o evento. Valores acima de 1 indicam maior probabilidade de ocorrência, enquanto valores abaixo de 1 sugerem menor probabilidade. Por exemplo, um *OR* de 0,5 significa que as chances do evento ocorrer são reduzidas à metade na presença da variável em análise (HOSMER *et al.*, 2013).

Por fim, foram calculados os efeitos marginais para avaliar o impacto das variáveis independentes sobre a probabilidade de empregabilidade dos chefes de família. A utilização dos efeitos marginais é de grande importância, pois permite uma interpretação mais clara e acessível dos resultados obtidos por meio da regressão logística. Diferentemente dos coeficientes brutos da regressão, que estão expressos em *log-odds* e possuem uma interpretação mais técnica e pouco intuitiva, os efeitos marginais traduzem esses valores para a escala de probabilidades. Isso possibilita compreender, de maneira prática, o impacto real que cada variável explicativa exerce sobre a chance de um indivíduo ser identificado como chefe de família. Os efeitos marginais permitem comparar a influência relativa de diferentes fatores, como sexo, escolaridade, cor/raça e inserção no mercado de trabalho. Essa abordagem também aproxima a análise da realidade empírica, oferecendo estimativas mais úteis e acionáveis, especialmente para subsidiar políticas públicas e estratégias voltadas à redução das desigualdades sociais e à promoção da equidade no mercado de trabalho.

Os efeitos marginais representam a mudança na probabilidade de sucesso quando uma variável independente é alterada, mantendo as demais constantes. Para variáveis contínuas, o efeito marginal indica a variação na probabilidade quando a variável aumenta em uma unidade. Já para variáveis discretas, ele compara a probabilidade entre duas categorias distintas. É importante ressaltar que os efeitos marginais dependem dos valores das outras variáveis no modelo, exigindo uma interpretação contextualizada (LONG, 1997).

Para estimar os determinantes da empregabilidade com relação aos chefes de família na Região Sul do Brasil entre os anos de 2016 e 2023, foi especificado o modelo de regressão abaixo:

$$Z_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_3 + \beta_4 X_{4i} + \beta_5 X_{5i} + \beta_6 X_{6i} + \beta_7 X_{7i} + \beta_8 X_{8i} + \beta_9 X_{9i} + \beta_{10} X_{10i} + \beta_{11} X_{11i} + \beta_{12} X_{12i} + \beta_{13} X_{13i} + \beta_{14} X_{14i} + u_i \quad (3)$$

onde  $Z_i$  é a variável explicada binária a assumir valor 1 caso o indivíduo se caracteriza como chefe de família trabalhador e 0 caso seja outro membro da casa que também trabalhe; importante notar que  $\beta_j \quad \forall j = 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, \text{ e } 14$  serão os parâmetros da regressão e que  $X_i$  representa as variáveis independentes. O intercepto é o termo  $\beta_0$ , adicionado à equação para capturar o efeito médio não explicado pelas variáveis independentes. Ele representa o nível de  $Z_i$  quando todas as variáveis independentes são zero.

O quadro 1 apresenta a descrição das variáveis utilizadas no modelo econométrico, bem como o sinal esperado de cada uma delas com base na literatura teórica e empírica.

**Quadro 1** - Descrição das variáveis do modelo econométrico.

Variáveis	Descrição	Sinal Esperado
$Z_i$ Chefe trabalhador	Variável dependente - <i>dummy</i> Trabalhadores do Sul do Brasil, dado que não moram sozinhos Assume valor 1 para o chefe de família e 0 para os demais.	Variável dependente
$X_{1i}$ Moradores no domicílio	Quantitativo.	Negativo
$X_{2i}$ Sexo	<i>Dummy</i> Assume valor 1 para feminino Assume valor 0 para masculino.	Negativo
$X_{3i}$ Idade	De 18 a 60 anos.	Positivo
$X_{4i}$ Idade <sup>2</sup>	Idade em anos, elevada ao quadrado.	Negativo
$X_{5i}$ Renda por hora	Em moeda nacional (R\$).	Positivo
$X_{6i}$ Proporção da renda	Em percentual, variando de 0,01 a 0,99.	Positivo
$X_{7i}$ Número de trabalhos	Quantitativo.	Positivo
$X_{8i}$ Horas semanais de trabalho	Quantitativo.	Positivo

Variáveis	Descrição	Sinal Esperado
$X_{9i}$ Anos de estudo	De 0 a 16.	Positivo
$X_{10i}$ Provedor solo	<i>Dummy</i> Assume valor 1 se é o único provedor da casa Assume valor 0 se há mais de um provedor na casa.	Positivo
$X_{11i}$ Recebe benefício social	<i>Dummy</i> Assume valor 1 se recebe ao menos 1 benefício social Assume valor 0 se não recebe nenhum benefício social.	Positivo
$X_{12i}$ Renda de outras fontes	Quantitativo (R\$) - renda de outras fontes exceto benefício social.	Negativo
$X_{13i}$ Possui criança pequena	<i>Dummy</i> Assume valor 1 se possui ao menos uma criança de 5 anos ou menos no domicílio Assume valor 0 se não possui ao menos uma criança de 5 anos ou menos.	Positivo
$X_{14i}$ Cor/raça branca	<i>Dummy</i> Assume valor 1 se autodeclarado branco (ou amarelo) Assume valor 0 se não autodeclarado branco (ou amarelo) - excluindo indígenas e não identificados.	Negativo

**Fonte:** Elaboração própria com base na escolha das variáveis.

Primeiramente, a variável dependente ( $z_i$ ) definida como uma variável *dummy*, assume valor 1 quando o indivíduo sul-brasileiro exerce a função de chefe de família dado que se insere no mercado de trabalho e que não é o único morador em sua residência, e 0 caso esteja empregado, mas não se caracterize como chefe de família

Entre as variáveis explicativas, a primeira é o número de moradores no domicílio ( $X_{1i}$ ), cuja expectativa é de um impacto negativo sobre a probabilidade de ser chefe. Isso se deve à tendência de diluição das responsabilidades financeiras em lares mais numerosos, o que pode reduzir a centralidade de um único provedor.

A variável sexo feminino ( $X_{2i}$ ) também apresenta sinal esperado negativo, em razão da persistente divisão sexual do trabalho e de padrões culturais que ainda associam a chefia familiar à figura masculina, apesar dos avanços na participação das mulheres no mercado de trabalho.

A variável idade ( $X_{3i}$ ) apresenta sinal esperado positivo, por refletir a maior maturidade, estabilidade profissional e autoridade familiar que tendem a acompanhar o avanço etário. Por sua vez, a idade ao quadrado ( $X_{4i}$ ) aparece com sinal negativo, evidenciando o efeito não linear: até certo ponto, o envelhecimento favorece o

exercício da chefia, mas, a partir de determinado limite, esse efeito tende a se reduzir.

Do ponto de vista econômico, tanto a renda por hora ( $X_{5i}$ ) quanto a proporção da renda ( $X_{6i}$ ) gerada pelo indivíduo em relação ao total familiar possuem sinal esperado positivo. Isso ocorre porque uma maior contribuição financeira é geralmente associada à figura do chefe, refletindo o papel de provedor central.

O número de trabalhos exercidos ( $X_{7i}$ ) apresenta sinal esperado positivo, sugerindo que a manutenção de múltiplos vínculos empregatícios reflete um esforço adicional para garantir estabilidade financeira ao domicílio em situações de vulnerabilidade financeira, o que eleva a participação relativa desse indivíduo na renda do trabalho. Já a quantidade de horas semanais trabalhadas ( $X_{8i}$ ) tem sinal esperado positivo, pois expressa o grau de envolvimento com as obrigações econômicas do lar.

A variável anos de estudo ( $X_{9i}$ ) tende a apresentar um sinal positivo, refletindo a expectativa de que maiores níveis de escolaridade estejam associados a melhor qualificação, inserção em ocupações de maior rendimento e, portanto, maior capacidade de contribuir para a renda do trabalho familiar. No entanto, é importante considerar que esse efeito pode não ser imediato ou linear, já que indivíduos com maior escolaridade, sobretudo os mais jovens, podem ainda estar em fase de formação e não plenamente inseridos no mercado de trabalho. Já a condição de provedor solo ( $X_{10i}$ ), ou seja, ser o único responsável pelo sustento do lar, está fortemente associada à posição de chefia, o que justifica o sinal positivo para essa variável.

O recebimento de benefício social ( $X_{11i}$ ), por outro lado, possui sinal esperado positivo. Isso porque, a presença de benefícios sociais tende a indicar que se trata de um domicílio em situação de instabilidade econômica, o que pode dificultar o ingresso dos demais membros no mercado de trabalho ou levá-los a optar por não participar dele. Com isso, a dependência da renda de um membro específico se acentua, aumentando a probabilidade de esse indivíduo ser considerado o chefe de família. De maneira semelhante, a presença de renda de outras fontes ( $X_{12i}$ ), como aposentadorias ou aluguéis, tende a ampliar a capacidade financeira do domicílio e a importância do indivíduo na sustentação da família. Contudo, esse tipo de rendimento pode reduzir a pressão por inserção no mercado de trabalho ou mesmo influenciar na não designação desse membro como chefe de família.

A presença de crianças pequenas ( $X_{13i}$ ) no domicílio possui sinal positivo, pois pode reforçar a centralidade de determinadas figuras adultas no exercício da chefia,

principalmente em famílias monoparentais, onde a mãe/pai é o único provedor. Por fim, a cor ou raça branca ( $X_{14i}$ ) tende a apresentar sinal esperado negativo, considerando que, apesar de serem a maioria étnica na Região Sul, os indivíduos brancos costumam estar mais inseridos no mercado de trabalho, inclusive como provedores secundários, o que diminui sua representação isolada como chefe familiar

Dessa forma, é possível compreender o método empregado no estudo e as variáveis adotadas, que também foram exploradas por autores como Andrade (2018), Guimarães e Santos (2009) e Sorj, Fontes e Machado (2007), os quais aplicaram o modelo *Probit* Bivariado, semelhante ao utilizado neste trabalho. Nesse contexto, é importante destacar a pesquisa de Paula *et al.* (2023), que, por sua vez, utilizou o modelo *Logit* Binomial e Multinomial como base para sua análise. Ambos os estudos empregaram variáveis idênticas ou muito semelhantes às descritas no Quadro 1, reforçando a relevância dessas variáveis na modelagem e no entendimento do mercado de trabalho.

## 2.4 RESULTADOS

Esta seção apresenta dois tipos de resultados: uma análise preliminar acerca da amostra, tal como o perfil dos trabalhadores do núcleo familiar no sul do país, e, em seguida, apresenta os resultados da regressão linear, bem como suas interpretações.

### 2.4.1 Dados Descritivos

Algumas informações relativas à natureza da amostra foram extraídas, a fim de compreender primeiramente o perfil socioeconômico em que os provedores das famílias se inserem. A Tabela 1 explicita a representação de certos grupos na população e seu percentual na amostra, demonstrando possíveis efeitos ao longo dos anos analisados.

**Tabela 1** - Perfil socioeconômico dos provedores (%) – Região Sul, de 2016 a 2023.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Chefe de família	45,29	44,76	43,77	43,41	43,16	43,19	42,48	41,88
Homem	57,76	57,75	57,41	56,75	57,72	57,34	56,27	55,88
Cor/raça branca	81,77	80,00	78,02	77,82	79,29	77,90	76,21	75,45
Carteira assinada	87,77	87,78	87,13	87,31	88,15	88,04	86,58	87,24

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Empregador/conta própria	33,51	34,70	35,11	35,01	35,99	36,68	35,94	34,70
Renda de outras fontes	34,44	34,78	36,00	35,11	35,61	33,14	34,58	33,68
Benefício Social	1,52	1,20	1,17	1,09	5,80	3,76	1,74	1,66

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na PNADC de 2016 a 2023.

A partir dos resultados apresentados na Tabela 1, observa-se que, no total da amostra, os chefes de família representam uma proporção menor entre os trabalhadores, quando considerados todos os membros do domicílio. Contudo, cabe ressaltar que individualmente, seguem como o grupo com maior representatividade frente a demais membros, como cônjuges, filhos ou pais dos responsáveis familiares. Além disso, verifica-se uma leve redução na proporção de chefes de família ao longo dos anos, de aproximadamente 3 pontos percentuais entre 2016 e 2023, o que pode indicar transformações na dinâmica familiar. Tal comportamento pode sinalizar o aumento da inserção de outros membros no mercado de trabalho, principalmente cônjuges e filhos, como estratégia de complementar a renda diante de pressões econômicas ou de mudanças na estrutura organizacional das famílias.

Por sua vez, os homens continuam sendo maioria entre os trabalhadores da região Sul, independentemente do seu papel no domicílio. Esse dado reforça a persistência de assimetrias de gênero no mercado de trabalho, ainda marcadas por barreiras de entrada para as mulheres, como responsabilidades domésticas e maternas. No entanto, dados do IBGE (2022) apontam que a taxa de participação feminina na força de trabalho tem crescido, atingindo 53% das mulheres em idade ativa. Embora esse valor ainda seja inferior ao percentual masculino, que é de cerca de 73%, o aumento da presença feminina pode refletir tanto a busca por autonomia financeira quanto a necessidade de contribuir para o sustento da família.

Em relação à cor/raça, destaca-se a redução da proporção de trabalhadores que se autodeclaram brancos, passando de 81,77% em 2016 para 75,45% em 2023. Essa queda pode estar associada à intensificação dos fluxos migratórios internos. Segundo o IBGE (2012), entre 2005 e 2010, a região Sul, especialmente Santa Catarina, apresentou aumento expressivo no número de migrantes oriundos de outras regiões do país — particularmente do Norte e Nordeste —, o que tende a diversificar o perfil racial da população economicamente ativa no Sul.

A formalidade no mercado de trabalho também se destaca. A proporção de trabalhadores com carteira assinada manteve-se elevada ao longo dos anos, alcançando o pico de 88,15% em 2020. Esse aumento, no entanto, deve ser

interpretado com cautela. Durante a pandemia de Covid-19, muitos trabalhadores informais foram forçados deixar suas atividades em função das dificuldades econômicas e da instabilidade do setor (CNN, 2022). Com isso, houve uma redução na base de comparação — ou seja, menos pessoas inseridas no mercado informal — o que pode ter inflado artificialmente a proporção de empregos formais, gerando a impressão de melhora nas condições do mercado de trabalho, embora o cenário real fosse de retração e vulnerabilidade. Em contrapartida, nota-se também a relevância dos trabalhadores por conta própria ou empregadores, cuja proporção variou entre 33% e 36% ao longo da série. Esses dados reforçam a coexistência entre formalidade e formas de ocupação autônoma na região, sugerindo que a busca por autonomia financeira ou a dificuldade de inserção formal ainda impulsionam o empreendedorismo individual no Sul.

Por fim, outro ponto que merece atenção é o recebimento de benefícios sociais. Houve um aumento expressivo em 2020, quando 5,8% dos provedores passaram a receber algum tipo de auxílio, frente aos 1,52% registrados em 2016. Essa elevação pode estar diretamente associada à implementação do Auxílio Emergencial, criado pelo governo federal para mitigar os efeitos da pandemia sobre a população em termos econômicos. O retorno a patamares mais baixos nos anos seguintes acompanha o fim gradual do programa. Além disso, observa-se que cerca de um terço dos provedores complementa a renda com outras fontes não diretamente relacionadas ao trabalho principal — como pensões, aposentadorias, rendimentos de aluguel ou transferências. A constância desse indicador ao longo da série demonstra a importância dessas fontes como sustentação da renda familiar, especialmente em contextos de instabilidade econômica.

Assim sendo, a Tabela 2 apresenta dados acerca do rendimento médio, comparando a Região Sul com o Brasil e os chefes de família com relação aos não chefes, visando observar variações ao longo dos anos analisados e comparar categorias como chefe de família e não chefe.

**Tabela 2** – Renda média do Brasil e da Região Sul – 2016 a 2023.

Ano	Chefe de família		Não chefe de família	
	Brasil	Região Sul	Brasil	Região Sul
2016	2.867,96	3.522,31	2.209,63	2.592,65
2017	2.828,85	3.494,88	2.255,08	2.665,88
2018	2.862,73	3.483,25	2.272,83	2.704,49
2019	2.891,43	3.491,23	2.303,51	2.725,09

Ano	Chefe de família		Não chefe de família	
	Brasil	Região Sul	Brasil	Região Sul
2020	3.022,72	3.606,70	2.434,97	2.835,23
2021	2.884,24	3.489,65	2.288,26	2.693,99
2022	2.862,89	3.514,77	2.352,99	2.850,20
2023	2.839,88	3.388,61	2.356,98	2.785,10

(\*)Renda média deflacionada de acordo com o IPCA, ano base 2023.

**Fonte:** Elaboração própria com base na PNADC de 2016 a 2023.

A partir dos dados da Tabela 2, é possível observar durante todo o período analisado, que a renda média dos trabalhadores da Região Sul foi superior à média nacional, tanto entre os chefes quanto entre os não chefes de família, revelando vantagens comparativas com relação a outras regiões do país.

Ao considerar especificamente os chefes de família, a diferença de renda entre a média nacional e a média da Região Sul permaneceu estável, oscilando em torno de R\$ 600,00 a R\$ 700,00 ao longo da série. Embora essa distância se mantenha ao longo do tempo, nota-se que, entre 2020 e 2023, houve leve tendência de retração nos valores da Região Sul, possivelmente como reflexo do ajuste econômico pós-pandemia e das pressões inflacionárias no período.

Entre os não chefes de família, observa-se um comportamento semelhante: a renda no Sul permanece consistentemente superior à média brasileira, com diferença em torno de R\$ 400,00 a R\$ 500,00 por ano. No entanto, a renda média dos não chefes apresenta crescimento mais expressivo entre 2016 e 2023, principalmente após 2020, o que pode estar associado ao ingresso mais intenso de cônjuges e filhos no mercado de trabalho, conforme já apontado na análise anterior. Esse movimento pode ter ocorrido tanto por necessidade econômica durante a pandemia quanto por uma reestruturação da dinâmica de composição da renda familiar.

Outro aspecto relevante diz respeito à desigualdade de rendimentos entre chefes e não chefes de família. Em todos os anos analisados, a renda dos chefes foi sistematicamente superior à dos demais membros do domicílio, o que é esperado dada sua posição central na estrutura familiar e sua maior inserção em ocupações formais e estáveis. No entanto, a diferença percentual entre os grupos tem apresentado ligeira redução ao longo do tempo, especialmente na Região Sul, indicando uma possível redistribuição da responsabilidade econômica entre os membros da família ou até um nivelamento de oportunidades ocupacionais entre chefes e não chefes.

Por fim, destaca-se o impacto da crise sanitária de 2020, que resultou em

aumentos temporários da renda média — tanto para chefes quanto para não chefes — provavelmente influenciados por políticas emergenciais e pela manutenção dos rendimentos formais no Sul do Brasil, como indicado em dados anteriores. Após esse pico, houve leve retração nos rendimentos nos anos seguintes, ainda que os valores de 2023 se mantenham próximos aos patamares de 2019, indicando certa resiliência da economia regional.

A Tabela 3 apresenta um comparativo entre Brasil e Sul com relação às suas médias de dados socioeconômicos da amostra.

**Tabela 3** - Perfil amostral do chefe de família, em percentual – Brasil e Região Sul, de 2016 a 2023.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Brasil</b>								
Idade (anos)	41,87	41,91	42,01	42,14	42,29	42,45	42,09	42,16
Anos de estudo	9,19	9,50	9,77	10,00	10,41	10,47	10,60	10,73
Número de trabalhos	1,03	1,03	1,04	1,04	1,03	1,03	1,03	1,03
Horas semanais de trabalho	41,16	40,69	40,75	40,76	39,58	40,34	40,37	40,28
Participação na renda	69,28	67,78	67,09	66,59	67,28	66,91	63,89	63,49
Recebe benefício social	5,48	5,03	4,71	4,80	12,28	10,13	7,20	7,30
<b>Região Sul</b>								
Idade (anos)	42,23	41,96	42,13	45,05	42,34	42,53	41,92	41,97
Anos de estudo	9,87	10,14	10,30	10,56	10,85	10,94	11,00	11,09
Número de trabalhos	1,03	1,04	1,04	1,04	1,04	1,03	1,03	1,03
Horas semanais de trabalho	43,04	42,34	42,09	42,31	41,15	41,89	42,15	41,93
Participação na renda	66,33	64,42	63,53	63,12	63,23	63,91	60,68	60,21
Recebe benefício social	1,92	1,59	1,46	1,50	6,85	4,92	2,63	2,42

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na PNADC de 2016 a 2023.

A análise comparativa entre os chefes de família do Brasil e da Região Sul apresentada na Tabela 3, evidencia diferenças estruturais relevantes que ajudam a entender as dinâmicas regionais do mercado de trabalho e da composição familiar. De modo geral, observa-se que os chefes de família da Região Sul apresentam indicadores socioeconômicos ligeiramente superiores em relação à média nacional, o que pode estar relacionado a fatores como maior formalização do emprego, escolaridade mais elevada e maior presença no mercado de trabalho.

Em relação à idade média dos chefes de família, observa-se que não há diferenças significativas entre o Brasil como um todo e a Região Sul. Ainda assim, cabe ressaltar que, em termos geracionais, os chefes do Sul tendem a ser ligeiramente mais velhos de acordo com a média geral dos dados.

Quanto à escolaridade, a Região Sul apresenta, de forma consistente, maior

número médio de anos de estudo em comparação ao Brasil, embora ambos apresentem valores próximos no geral. Em 2023, os chefes de família da região possuíam, em média, 11,09 anos de estudo, frente a 10,73 anos na média nacional. Esse diferencial — que já era observado desde 2016 — reflete o acesso mais amplo à educação formal na região, e está diretamente relacionado à maior inserção no mercado formal e aos rendimentos médios superiores observados em dados anteriores.

O número médio de trabalhos simultâneos entre os chefes manteve-se estável tanto no Brasil quanto no Sul, oscilando levemente entre 1,03 e 1,04 empregos ao longo do período analisado. Esse padrão reforça a predominância de vínculos principais únicos, o que pode indicar certa estabilidade ocupacional ou limitação de tempo e energia para ocupações secundárias, especialmente entre trabalhadores formais.

Em relação às horas semanais trabalhadas, a Região Sul se destaca com jornadas sistematicamente superiores à média nacional. Em 2023, por exemplo, os chefes sulistas trabalharam, em média 41,93 horas por semana, frente a 40,28 horas no Brasil. Essa diferença, observada em todos os anos da série, pode estar relacionada à maior presença de empregos formais ou jornadas mais longas nos setores industriais e de serviços especializados da região.

Um dos indicadores mais relevantes da Tabela 3 é a participação do chefe de família na renda total do domicílio. Observa-se uma tendência de queda tanto no Brasil quanto no Sul, embora com maior intensidade na região Sul. No Brasil, essa participação passou de 69,28% em 2016 para 63,49% em 2023, enquanto no Sul a redução foi de 66,33% para 60,21% no mesmo período. Essa queda pode ser interpretada como um indício de descentralização da responsabilidade financeira, com aumento da contribuição de outros membros da família, como cônjuges e filhos — o que reforça a leitura feita a partir da Tabela 1 sobre o crescimento da participação de não chefes de família no mercado de trabalho e sua importância na composição da renda total.

Outro ponto de destaque é o recebimento de benefícios sociais. Durante o auge da pandemia, em 2020, houve um crescimento expressivo na proporção de chefes de família beneficiários, tanto no Brasil quanto no Sul, atingindo 12,28% e 6,85%, respectivamente. Nos anos seguintes, essa taxa reduziu-se progressivamente, retornando a patamares semelhantes aos anteriores à crise sanitária.

Em conjunto, esses dados revelam que, embora as tendências nacionais também se manifestem no Sul, a região apresenta indicadores ligeiramente mais favoráveis, como maior escolaridade, maiores jornadas de trabalho e maior renda média, mas também passa por transformações similares, como a redução da participação exclusiva do chefe na renda total do domicílio e o impacto pontual da pandemia sobre o acesso a benefícios sociais. Essas informações são cruciais para a compreensão do papel do chefe de família no contexto socioeconômico atual e para o desenho de políticas públicas regionais mais sensíveis às novas configurações familiares.

#### 2.4.2 Resultados Econométricos

Dos resultados advindos da análise econométrica, a Tabela 4 apresenta os resultados do modelo *Logit*, em termos de *Odds Ratio*, para os chefes de família da Região Sul do Brasil entre os anos de 2016 e 2023. Esses resultados demonstram de que forma cada variável independente afeta a probabilidade de um trabalhador ocupar a posição de chefe da família. Valores de *Odds Ratio* superiores a 1 indicam um aumento na probabilidade de o indivíduo ser o chefe da família, enquanto valores inferiores a 1 sugerem uma redução dessa probabilidade.

**Tabela 4 - Modelo *Logit* - *Odds Ratio* – Chefes de Família da Região Sul de 2016 a 2023.**

Variáveis	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Moradores no domicílio	0,757***	0,773***	0,779***	0,778***	0,774***	0,784***	0,795***	0,762***
Sexo feminino	0,206***	0,336***	0,462***	0,562***	0,591***	0,772***	0,827***	0,827***
Idade	1,273***	1,240***	1,239***	1,219***	1,231***	1,233***	1,207***	1,193***
Idade <sup>2</sup>	0,997***	0,998***	0,998***	0,998***	0,998***	0,998***	0,998***	0,998***
Renda por hora	1,005***	1,002***	1,003***	1,004***	1,002***	1,006***	1,002***	1,002***
Proporção da renda	5,646***	4,105***	3,438***	2,941***	2,534***	3,423***	2,988***	2,431***
Número de trabalhos	1,668***	1,421***	1,365***	1,563***	1,308***	1,568***	1,488***	1,371***
Horas semanais	1,008***	1,000	1,000	1,003**	1,003***	1,001	1,000	1,000
Anos de estudo	0,991*	0,997	0,998	0,998	0,998	1,000	1,009**	1,009**
Provedor solo	0,902***	0,874***	0,917**	0,946*	0,907**	0,907**	0,884***	0,916**
Recebe benefício social	2,964***	2,311***	2,228***	2,744***	1,273***	1,567***	2,822***	2,349***
Renda de outras fontes	0,999***	0,999***	0,999***	0,999***	0,999***	0,999***	0,999***	0,999***
Possui criança pequena	2,179***	1,891***	1,845***	1,899***	1,793***	1,770***	1,686***	1,741***
Cor/raça branca	0,965	0,878***	0,927**	0,947*	0,881***	0,854***	0,940*	0,907***
Constante	0,001***	0,005***	0,005***	0,005***	0,006***	0,004***	0,006***	0,011***
Observações	25.760	25.455	24.764	24.870	19.718	19.270	23.463	22.043
Pseudo $R^2$	0,277	0,201	0,166	0,143	0,131	0,130	0,106	0,104
Prob > $\chi^2$	0	0	0	0	0	0	0	0
LR $\chi^2$	9.813,18	7.032,87	5.628,37	4.850	3.524,16	3.416,15	3.260,62	3.120,28

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa com dados da PNADC de 2016 a 2023.

Nota: \*\*\*p < 0.01, \*\*p < 0.05, \*p < 0.1.

De forma geral, as variáveis incluídas no modelo se mostraram estatisticamente significativas em grande parte dos anos analisados, confirmando sua relevância explicativa. Ainda que os valores do *pseudo R<sup>2</sup>* variem entre 0,104 e 0,277, patamar relativamente baixo para modelos dessa natureza, os elevados valores de LR *chi<sup>2</sup>*, todos com probabilidade inferior a 0,01, reforçam a adequação do modelo e a força estatística das variáveis independentes selecionadas.

A análise mostra que, como o esperado, o número de moradores no domicílio exerce impacto negativo e significativo na probabilidade de um trabalhador ser identificado como chefe da família. Ao longo de todo o período, o *Odds Ratio* permaneceu abaixo de 1, o que sugere que, quanto maior o número de pessoas na residência, menor a chance de um indivíduo ocupar essa posição. Esse resultado pode estar relacionado à presença de múltiplos adultos economicamente ativos no mesmo domicílio ou a estruturas familiares mais complexas e descentralizadas.

O sexo feminino também apresenta efeito negativo e estatisticamente significativo durante todo o período, conforme previsto, com *Odds Ratio* consistentemente inferior a 1, o que confirma que as mulheres, mesmo quando economicamente ativas, possuem menor probabilidade de serem reconhecidas como chefes de família. Entretanto, nota-se uma mudança relevante ao longo do tempo, já que os valores aumentam progressivamente, de 0,206 em 2016 para 0,827 em 2023, indicando um possível enfraquecimento das barreiras de gênero na atribuição da chefia familiar, o que pode refletir mudanças culturais e o avanço da autonomia econômica feminina.

A idade mostrou-se positivamente associada à probabilidade de chefia em todos os anos analisados. Indivíduos mais velhos tendem a ter maior chance de ocupar essa posição, com *Odds Ratio* superiores a 1 e valores relativamente estáveis ao longo do tempo. O termo quadrático da idade, por sua vez, aparece sempre abaixo de 1, sugerindo que essa relação é crescente, mas em ritmo decrescente, o que significa que o aumento da idade eleva a chance de chefia até certo ponto, após o qual o efeito tende a se estabilizar ou mesmo a recuar.

No que se refere à renda por hora trabalhada, os efeitos foram positivos, porém com baixa magnitude, sempre próxima de 1, o que sugere que o nível de rendimento por si só não determina a posição de liderança no domicílio, sendo a contribuição relativa ao total mais relevante.

Já a proporção da renda individual, no total familiar, se mostrou uma das

variáveis com maior impacto ao longo dos anos. Os valores das razões de chances variaram entre 2,431 e 5,646, e conforme previsto, com significância em todos os anos da série, reforçando que quanto maior a contribuição do indivíduo para o orçamento doméstico, maior a chance de ser reconhecido como chefe.

O número de trabalhos também se revelou uma variável estatisticamente significativa para a chefia familiar, com *Odds Ratio* superior a 1 ao longo do período. No entanto, esse resultado não necessariamente reflete maior estabilidade ou capacidade de provisão. Pelo contrário, a manutenção de múltiplos vínculos empregatícios podem indicar situações de informalidade, instabilidade ou vulnerabilidade financeira, nas quais o indivíduo precisa acumular ocupações para suprir as necessidades do domicílio, o que, por consequência, o posiciona como responsável econômico principal. Da mesma forma, as horas semanais trabalhadas mostraram efeitos positivos apenas em alguns anos, com impacto reduzido, o que indica que o tempo dedicado ao trabalho não é um critério central na definição da chefia, mas sim o quanto essa ocupação representa economicamente.

A variável anos de estudo apresentou resultados com variações ao longo do período, porém sem significância estatística, dado o valor de  $p$  superior a 0,10. Ainda assim, o sinal observado está em conformidade com o esperado, conforme fundamentado na literatura teórica e empírica, indicando que níveis mais elevados de escolaridade tendem a estar associados a maiores chances de um indivíduo ser identificado como chefe de família, em razão do vínculo entre escolaridade, inserção qualificada no mercado de trabalho e autonomia econômica.

O *status* de provedor solo apresentou *Odds Ratio* abaixo de 1 em praticamente todos os anos, indicando que a presença de um único provedor no domicílio não aumenta necessariamente a probabilidade de ser reconhecido como chefe de família. Embora, segundo estudos de Sorj, Fontes e Machado (2007), esperasse-se um sinal positivo devido ao fato de famílias monoparentais geralmente terem o único membro como provedor principal, os resultados sugerem uma realidade mais complexa.

Conforme destacado por Guimarães e Santos (2009), em momentos de crise, quando o chefe de família está desempregado ou ausente, outros membros costumam assumir a responsabilidade de prover economicamente o lar, como a esposa e os filhos, o que pode acarretar resultados como o demonstrado na Tabela 4. Dessa forma, a influência do provedor solo parece estar associada a necessidade de reorganização interna das responsabilidades familiares.

O recebimento de benefício social apresentou *Odds Ratio* consistentemente superiores a 1 e com significância estatística em todos os anos analisados, conforme o esperado, indicando que indivíduos que recebem esse tipo de transferência apresentam maior probabilidade de serem identificados como chefes de família. Esse resultado pode estar associado ao fato em contextos de vulnerabilidade econômica, é comum que apenas um membro esteja inserido no mercado de trabalho ou formalmente habilitado a receber benefícios, concentrando sobre si tanto o recurso financeiro quanto a responsabilidade pela manutenção do lar.

Em contrapartida, a renda proveniente de outras fontes apresentou efeito positivo, porém muito próximo da neutralidade, com *Odds Ratio* ligeiramente inferiores a 1 e significância estatística consistente ao longo do período analisado. Isso sugere que a presença de rendas alternativas — como aposentadorias, pensões ou aluguéis — tem uma influência pequena, porém estatisticamente relevante, na definição da posição de chefe de família, indicando que esses recursos podem complementar a renda principal e contribuir para a estabilidade econômica do domicílio, mesmo que seu impacto individual seja discreto.

A presença de crianças pequenas no domicílio apresentou *Odds Ratio* superior a 1 e estatisticamente significativo ao longo de todo o período analisado, indicando que indivíduos em lares com filhos pequenos têm maior probabilidade de exercer a chefia familiar. Esse resultado pode refletir a centralização da responsabilidade econômica e decisória sobre um membro específico da família em contextos de maior demanda por cuidado infantil. Além disso, pode sinalizar que, nesses arranjos, o chefe de família tende a acumular múltiplas funções como provedor financeiro e responsável pelo cuidado, especialmente na ausência de uma rede de apoio, como o acesso a creches públicas e serviços de assistência.

Por fim, a variável cor/raça branca apresentou *Odds Ratio* abaixo de 1 e significância estatística em grande parte dos anos analisados, indicando que, apesar de serem a maioria étnica na Região Sul, os indivíduos brancos tendem a ter uma participação proporcional menor como chefes de família. Isso pode ser explicado pela maior inserção dos brancos no mercado de trabalho, mesmo como provedores secundários, o que dilui sua contribuição individual na liderança familiar quando comparada a pessoas de outras raças. Dessa forma, a presença majoritária branca na região favorece uma distribuição mais ampla de empregos entre esses indivíduos, refletindo o acesso a múltiplas oportunidades laborais, mesmo que não ocupem a

posição de chefe do domicílio.

Esses resultados estão, em sua maioria, alinhados com a literatura especializada, como demonstrado em estudos de Guimarães e Santos (2009), Sousa *et al.* (2017), Sorj, Fontes e Machado (2007) e Paula *et al.* (2023), que apontam para a importância de variáveis como gênero, idade, escolaridade, raça, tipo de arranjo familiar e contribuição econômica na definição de quem é considerado chefe de família.

A Tabela 5 demonstra os resultados obtidos por meio dos efeitos marginais de cada variável independente sobre os chefes de família.

**Tabela 5 - Resultado dos efeitos marginais - Chefes de Família da Região Sul do Brasil de 2016 a 2023.**

Variáveis	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Moradores no domicílio	-0,067***	-0,062***	-0,060***	-0,060***	-0,061***	-0,058***	-0,055***	-0,064***
Sexo feminino	-0,358***	-0,255***	-0,182***	-0,137***	-0,125***	-0,062***	-0,045***	-0,045***
Idade	0,058***	0,052***	0,051***	0,048***	0,050***	0,050***	0,045***	0,042***
Idade <sup>2</sup>	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***
Renda por hora	0,001***	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***	0,001***	0,000***	0,000***
Proporção da renda	0,420***	0,343***	0,298***	0,260***	0,224***	0,297***	0,263***	0,212***
Número de trabalhos	0,124***	0,085***	0,075***	0,108***	0,064***	0,108***	0,095***	0,075***
Horas semanais	0,002***	0,000	0,000	0,000**	0,000***	0,000	0,000	0,000
Anos de estudo	-0,002*	-0,000	-0,000	-0,000	-0,000	0,000	0,002**	0,002**
Provedor solo	-0,024***	-0,032***	-0,020**	-0,013*	-0,023***	-0,023**	-0,029***	-0,020**
Benefício social	0,263***	0,206***	0,197***	0,246***	0,059***	0,111***	0,252***	0,210***
Renda de outras fontes	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***
Criança pequena	0,191***	0,157***	0,150***	0,157***	0,143***	0,140***	0,128***	0,135***
Cor branca	-0,008***	-0,031***	-0,018***	-0,013***	-0,030***	-0,038***	-0,014***	-0,023***

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa com dados da PNADC de 2016 a 2023.

Nota: \*\*\*p < 0.01, \*\*p < 0.05, \*p < 0.1.

A análise dos efeitos marginais apresentados permite compreender as principais variáveis que influenciam a probabilidade de um trabalhador ser considerado chefe de família na Região Sul do Brasil, no período de 2016 a 2023.

A variável que representa o número de moradores no domicílio apresentou sinal negativo em todos os anos analisados, com maior impacto observado em 2016, quando cada pessoa adicional reduzia em 6,7% a probabilidade de o indivíduo ser chefe de família. Nos demais anos, os efeitos permaneceram próximos, confirmando a tendência de que, em lares mais numerosos, há uma distribuição mais difusa das responsabilidades econômicas.

A variável sexo feminino também apresentou efeito negativo ao longo de todo o período, com o impacto mais expressivo registrado em 2016, quando ser mulher diminuía em 35,8% a chance de ocupar a chefia do domicílio. No entanto, esse efeito foi se reduzindo ano a ano, alcançando -4,5% em 2023, o que aponta para uma lenta,

porém consistente, transição na estrutura das famílias e no papel das mulheres como provedoras principais, especialmente após os efeitos da pandemia de Covid-19.

A idade do trabalhador mostrou-se positivamente associada à chefia familiar durante todo o período, com maior efeito marginal em 2016 (5,8%), refletindo a relação entre maturidade, experiência de vida e reconhecimento dentro da estrutura familiar. Essa relação, entretanto, é suavizada pela inclusão da variável idade ao quadrado, cujo efeito negativo confirma a existência de um ponto de inflexão a partir do qual a idade deixa de exercer influência crescente, indicando um possível limite etário na definição da chefia.

Em termos econômicos, a renda por hora apresentou impacto positivo em todos os anos, mas de pequena magnitude, com seu valor mais expressivo também em 2016 (0,1%), sinalizando que o rendimento individual, embora relevante, não é um fator isoladamente determinante para a chefia familiar. Já a proporção da renda familiar gerada por um único trabalhador teve o maior efeito positivo entre todas as variáveis, com destaque para o ano de 2016, quando o aumento de um ponto percentual nessa participação elevava em 42% a probabilidade de o indivíduo ser chefe do domicílio. Ainda que esse impacto tenha diminuído ao longo dos anos, chegando a 21,2% em 2023, o resultado demonstra que a centralidade econômica continua sendo um critério importante na definição do provedor principal.

A variável número de trabalhos também apresentou sinal positivo ao longo do tempo, com o maior efeito observado em 2016 (12,4%). Isso sugere que a multiplicidade de vínculos empregatícios está fortemente associada à figura do chefe de família. De forma semelhante, o número de horas semanais trabalhadas exerceu influência positiva sobre a probabilidade de chefia, com o maior efeito identificado em 2016 (0,2%), ainda que esse impacto tenha sido reduzido nos anos seguintes, demonstrando que o tempo de dedicação ao trabalho continua sendo um indicador de comprometimento com a manutenção da família.

A escolaridade, medida pelos anos de estudo, teve efeito negativo em 2016 (-0,2%), o que pode estar relacionado ao fato de que pessoas mais escolarizadas ainda estariam em fase de formação ou inserção no mercado de trabalho. Contudo, a partir de 2022, esse efeito tornou-se positivo, alcançando 0,2% em 2023, o que pode refletir mudanças no perfil socioeconômico dos chefes e maior valorização do capital educacional na composição familiar.

O recebimento de benefício social apresentou efeito positivo e estatisticamente

significativo durante todo o período analisado, com o maior impacto observado em 2016, quando estar em um domicílio beneficiado por programas sociais aumentou em 26,3 pontos percentuais a probabilidade de o indivíduo ser o chefe de família. Mesmo nos demais anos, os efeitos se mantiveram relevantes. Esses resultados indicam que, geralmente famílias que recebem auxílio governamental possuem menor condição financeira, por conseguinte, menos membros da família conseguem se inserir no mercado de trabalho, aumentando as chances de um indivíduo ser identificado como chefe da família, concentrando em si a posição institucional e financeira diante da dificuldade de inserção dos demais membros no mercado de trabalho.

A renda proveniente de outras fontes, como pensões, aposentadorias ou aluguéis, apresentou efeito negativo e estatisticamente significativo ao longo de todo o período analisado, embora com magnitude bastante reduzida (em torno de -0,000). Esse resultado indica que, ainda que essas rendas contribuam para a estabilidade financeira do domicílio, sua presença está levemente associada a uma redução na probabilidade de o indivíduo ocupar a chefia da família. Isso pode estar relacionado a perfis de pessoas fora do mercado de trabalho formal ou a uma menor centralidade econômica desses rendimentos na estrutura de liderança doméstica.

A presença de criança pequena no domicílio apresentou efeito marginal positivo e estatisticamente significativo em todos os anos analisados, com o maior impacto em 2016 (0,191). Esse resultado indica que indivíduos que convivem com crianças pequenas possuem maior probabilidade de serem reconhecidos como chefes de família. Essa associação pode ser explicada pelo fato de que, em domicílios com filhos pequenos, outros membros da família tendem a se dedicar majoritariamente aos cuidados da criança, o que limita sua inserção no mercado de trabalho e sua contribuição econômica direta, concentrando a responsabilidade financeira em um único indivíduo. Nesse contexto, a oferta adequada de creches públicas e acessíveis se mostra essencial, pois permite a redistribuição das responsabilidades de cuidado, favorecendo a entrada e permanência de outros adultos do domicílio no mercado de trabalho. Assim, políticas de apoio à primeira infância não apenas promovem o desenvolvimento infantil, mas também impactam diretamente a estrutura econômica das famílias, reduzindo desigualdades na divisão de trabalho e ampliando as possibilidades de geração de renda.

Em síntese, os resultados demonstram que a definição da chefia de família na Região Sul do Brasil, entre 2016 e 2023, continua sendo determinada,

majoritariamente, por aspectos econômicos, com ênfase na proporção da renda gerada por um indivíduo, na quantidade de vínculos empregatícios e nas horas dedicadas ao trabalho. Entretanto, também se observam mudanças significativas na estrutura familiar: a redução progressiva do efeito negativo do sexo feminino, o sinal positivo recente da escolaridade e o impacto crescente da convivência com crianças pequenas apontam para uma reorganização dos papéis dentro dos lares, marcada por maior corresponsabilidade e reconfiguração de trajetórias profissionais. Tais evidências indicam que, embora a centralidade econômica permaneça como critério relevante, há uma transformação gradual nas dinâmicas familiares, especialmente no que se refere à valorização do capital humano e à superação de barreiras estruturais de gênero e cuidado, configurando um novo perfil de liderança doméstica no contexto sul-brasileiro.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos a partir do modelo *Logit* e da análise dos efeitos marginais confirmam as hipóteses delineadas na introdução e aprofundadas ao longo do referencial empírico, evidenciando que a definição de chefe de família na Região Sul do Brasil, entre 2016 e 2023, é fortemente influenciada por variáveis sociais, econômicas e estruturais. A análise revela que, embora o critério econômico continue sendo central, fatores como idade, gênero, escolaridade, estrutura familiar e inserção no mercado de trabalho também desempenham papel determinante.

A proporção da renda gerada por um indivíduo permanece como o principal fator associado à chefia familiar, refletindo o reconhecimento social da figura do provedor. O número de vínculos empregatícios e as horas semanais trabalhadas também contribuem positivamente, reforçando a ideia de que maior dedicação às atividades laborais tende a ser associada à liderança doméstica, ainda que isso também possa indicar situações de sobrecarga ou instabilidade ocupacional.

Apesar de avanços graduais, o sexo feminino ainda se associa negativamente à probabilidade de chefia, evidenciando que as desigualdades de gênero persistem na estrutura das famílias. No entanto, observa-se uma tendência de reversão desse quadro, especialmente após a pandemia, quando muitas mulheres assumiram a função de provedoras em contextos de crise. De forma semelhante, a escolaridade passou a exercer influência positiva nos anos mais recentes, indicando uma

valorização crescente do capital humano na composição familiar.

A presença de crianças pequenas no domicílio está associada a uma maior probabilidade de chefia, possivelmente porque os demais membros da família se dedicam prioritariamente ao cuidado infantil, ficando fora do mercado de trabalho. Essa dinâmica reforça a importância da ampliação do acesso a creches públicas como estratégia para redistribuir responsabilidades familiares e permitir a inserção econômica de mais membros do lar.

Outras variáveis também revelaram padrões relevantes: a idade contribui positivamente, mas com efeito limitado em idades mais avançadas; o número de moradores no domicílio reduz a probabilidade de chefia, indicando uma divisão mais ampla de responsabilidades; e o recebimento de benefício social aparece associado à chefia em contextos de maior vulnerabilidade, onde poucos membros conseguem se inserir no mercado de trabalho. Já a renda proveniente de outras fontes e a cor ou raça branca mostraram associação negativa, o que pode indicar que esses indivíduos, apesar de contribuírem economicamente, não são necessariamente identificados como líderes da unidade familiar, seja por estarem fora do mercado formal ou por uma diluição da liderança em grupos com maior acesso a oportunidades.

Dessa forma, os resultados demonstram que o papel de chefe de família envolve uma complexa articulação entre fatores econômicos, sociais e simbólicos. A chefia não é definida exclusivamente pelo rendimento, mas por um conjunto de condições que moldam o lugar que cada indivíduo ocupa no interior das famílias. Ao evidenciar essa complexidade, o estudo reforça a importância de políticas públicas que considerem os diferentes arranjos familiares, valorizem as múltiplas formas de contribuição e promovam maior equidade nas estruturas domésticas.

### **3 RENDA ADICIONAL DO TRABALHO: DETERMINANTES DA CONTRIBUIÇÃO DE PROVEDORES SECUNDÁRIOS NO ORÇAMENTO FAMILIAR DO SUL DO BRASIL**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

A decisão entre lazer e trabalho dos indivíduos é amplamente discutida na economia, especialmente no que se refere aos impactos dessa escolha na composição econômica das famílias. Nesse contexto, a renda adicional do trabalho assume relevância ao representar a contribuição financeira de membros do núcleo familiar que não ocupam o papel de chefe de família, mas optam por trabalhar e colaborar para a manutenção econômica do lar.

Entre 2018 e 2023, o mercado de trabalho brasileiro passou por transformações significativas, marcadas por reformas trabalhistas, políticas salariais e medidas emergenciais, que impactaram diretamente a composição econômica das famílias. A Reforma Trabalhista de 2017 flexibilizou contratos e modalidades de trabalho, mas trouxe críticas por desestimular a entrada de outros trabalhadores e trouxe certo descontentamento por parte dos trabalhadores, estremecendo a relação entre contratante e contratado no mercado formal. (GREMAUD *et al.*, 2024).

Nos anos da pandemia COVID-19, ao mesmo tempo em que foi introduzido o Auxílio Emergencial como suporte temporário, houve um nível elevado de inflação – segundo dados da FGV (2022) -, que acometeu não somente o Brasil, mas diversos outros países em 2021 e 2022, o que pode ter influenciado a entrada de trabalhadores secundários em setores com baixa barreira de entrada e condições adversas (GREMAUD *et al.*, 2024). Em 2023, houve uma tentativa de reajuste do salário-mínimo com base na inflação acumulada, mas a medida não foi suficiente para recompor o poder de compra da população, mantendo os salários em patamares baixos. Esse contexto histórico e suas implicações reforçam a relevância de analisar, no recorte temporal escolhido, como as mudanças nas políticas de emprego e renda influenciaram a contribuição econômica dos trabalhadores secundários no Sul do Brasil.

A fim de comprovar a importância e a dinâmica do trabalho adicional nos lares, Gonzaga e Reis (2011) analisam a interação entre características individuais,

produção doméstica e condições do mercado de trabalho como determinantes das decisões familiares sobre a oferta de trabalho. Em períodos de recessão, os autores apontam o efeito trabalhador adicional, em que membros da família, como cônjuges e filhos, ingressam no mercado para compensar perdas na renda familiar. Este fenômeno é particularmente relevante para compreender a relação entre renda adicional e bem-estar das famílias. Oliveira, Rios-Neto e Oliveira (2014) expandem essa análise ao explorar a influência da renda de esposas e filhos homens quando o chefe de família está desempregado, ressaltando sua importância na manutenção do poder de compra. Por conseguinte, conforme os autores, é esperado que mulheres - especificamente mães e esposas - e filhos se façam mais presentes no mercado de trabalho e assim também na renda familiar, agindo como complementadores, os provedores secundários.

Assim comprovada a importância do tema, este estudo tem como objetivo analisar o impacto de variáveis socioeconômicas, tais como idade, sexo, nível de estudo, entre outras, na proporção de contribuição na renda familiar gerada pelos não chefes de família no Sul do Brasil, entre os anos de 2016 e 2023. O recorte geográfico na Região Sul justifica-se tanto pela regionalidade da pesquisa quanto pelos fundamentos da Economia Regional, que considera as especificidades territoriais como determinantes nas dinâmicas socioeconômicas locais. A região se destaca por indicadores historicamente mais favoráveis, como menores taxas de desemprego, maior escolaridade média e maior formalização do mercado de trabalho, conforme dados do IBGE (2025). No entanto, não se encontram muitos estudos focados em regiões como o Sul, com destaque em indicadores socioeconômicos, o que reforça a necessidade de compreender os fatores que sustentam tais resultados. Nesse cenário, investigar o papel dos provedores secundários — indivíduos que, mesmo sem exercer a chefia formal do lar, contribuem economicamente para sua manutenção — permite entender como contextos regionalmente mais estáveis impactam a estrutura e o funcionamento econômico das famílias.

Ao investigar os impactos do perfil socioeconômico na contribuição da renda familiar dos provedores secundários, em cenários de economia domiciliar em que o chefe de família se encontra devidamente empregado, esta análise oferece uma perspectiva pouco explorada por autores anteriores. Além de proporcionar uma compreensão mais profunda sobre as mudanças no poder de compra das famílias quando mais pessoas colaboram com a renda familiar, a pesquisa também gera

*insights* valiosos que auxiliam as famílias a entenderem os impactos de suas decisões financeiras e a ponderar sobre a escolha entre trabalhar e não trabalhar, dados os resultados da pesquisa e a tendência da região Sul ao longo dos anos analisados.

Espera-se que os resultados revelem um aumento significativo do impacto dos cônjuges e mulheres na renda *per capita* familiar no Sul do Brasil, uma vez que esses mesmos frequentemente são foco de atenção e fonte de pesquisas, evidenciando a importância da renda adicional em lares da região.

A estrutura do trabalho está dividida em cinco seções, sendo a primeira a introdução. A segunda seção apresenta uma revisão da literatura, tanto teórica quanto empírica acerca do tema. A seção seguinte expõe a base de dados e metodologia econométrica utilizada. A próxima seção é composta pela estatística descritiva dos dados, análise econométrica e interpretação dos resultados. Por último, a quinta e última seção são as considerações finais.

## 3.2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta uma revisão da literatura teórica e empírica, com foco nas principais teorias econômicas que sustentam o tema abordado, além de destacar os estudos mais relevantes que contribuem para fundamentar a importância desta pesquisa e contextualizar suas análises.

### 3.2.1 Revisão Teórica

A forma como os indivíduos ou famílias alocam seus recursos econômicos é um dos principais pilares que sustentam as teorias e pesquisas sobre a renda familiar. Compreender a contribuição dos membros não chefes para a renda total da família é essencial para analisar as dinâmicas que moldam a estrutura econômica familiar.

Dito isso, é pertinente considerar a Teoria das Expectativas Adaptativas, proposta por Phelps (1967), que descreve como as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias são moldadas por expectativas formadas com base em experiências passadas. No contexto das decisões de trabalho e consumo, essa teoria sugere que os provedores secundários podem ajustar suas expectativas sobre a renda familiar e as oportunidades de emprego conforme suas vivências e as condições econômicas percebidas ao longo do tempo.

Atrelado ao tema deste estudo, convém também mencionar a Teoria do Ciclo de Vida de Modigliani e Brumberg (1954), que oferece uma estrutura para compreender como os indivíduos e as famílias ajustam suas decisões de trabalho e consumo ao longo do tempo, buscando manter um padrão de vida estável em diferentes fases da vida. No contexto familiar, essa teoria destaca que o ciclo de vida feminino e o dos demais membros da família possui características específicas que impactam diretamente as decisões econômicas (SILVEIRA; MOREIRA, 2014).

Depois de visualizar a relação econômico-familiar de forma mais ampla, é importante considerar teorias que abrangem o dilema familiar de maneira microeconômica. Dessa forma, Becker (1973) fornece uma base teórica relevante para analisar as dinâmicas familiares e suas implicações econômicas. Becker (1973) abordou o casamento como uma parceria econômica regida por decisões racionais, em que os membros da família buscam maximizar a utilidade e a eficiência por meio da especialização em atividades remuneradas e não remuneradas. Esse conceito dialoga diretamente com a análise da renda adicional de cônjuges, filhos e pais, que optam por ingressar no mercado de trabalho mesmo quando não ocupam a posição de chefes de família, contribuindo para a estabilidade econômica do lar.

A ideia de Becker (1973) de que as famílias agem como unidades econômicas de produção e consumo é fundamental para compreender como as decisões de trabalho e lazer são influenciadas pelas condições econômicas do mercado e pelas necessidades do núcleo familiar. Além disso, os contratos implícitos que Becker (1973) associa ao casamento, como a divisão de tarefas e responsabilidades econômicas, podem ser observados na contribuição de membros familiares para a renda total.

Outra teoria que pode ser atrelada a este estudo é a Teoria do Capital Humano, formulada por Becker (1983), que enfatiza a importância do investimento em educação e habilidades como um fator determinante para a produtividade e renda dos indivíduos ao longo de suas vidas. De acordo com essa teoria, as decisões de investimento em capital humano são influenciadas por considerações intertemporais, as quais os indivíduos ponderam os custos e benefícios associados à aquisição de educação e treinamento em relação ao consumo imediato.

No contexto deste estudo, a relação entre as duas teorias se torna evidente ao considerar as escolhas dos provedores secundários, especialmente das esposas. Quando uma esposa possui um nível de conhecimento mais elevado, isso pode levá-

la a priorizar a carreira em vez de dedicar-se exclusivamente à maternidade, uma vez que a proporção da renda adicional que ela pode trazer para o contexto familiar tende a ser significativamente maior.

Uma outra teoria que pode contribuir para o estudo, é a Teoria da Segmentação do Mercado de Trabalho, desenvolvida por autores como Doeringer e Piore (1971), onde argumentam que o mercado de trabalho não é homogêneo, mas segmentado em distintas esferas, com dinâmicas e características próprias. Essas esferas, geralmente classificadas como mercado primário e mercado secundário, apresentam diferenças marcantes: o mercado primário é associado a empregos formais, estáveis, bem remunerados e com oportunidades de ascensão, enquanto o mercado secundário é caracterizado por empregos precários, com baixos salários, alta rotatividade e poucas perspectivas de crescimento.

No contexto da economia familiar, a Teoria da Segmentação oferece um arcabouço teórico essencial para analisar o perfil do provedor secundário, como cônjuges, filhos e pais. Compreender essa segmentação é fundamental para analisar as condições e características socioeconômicas que moldam o perfil dos provedores secundários. Essa teoria também auxilia na identificação das barreiras enfrentadas por esses indivíduos para transitar entre segmentos, além de destacar como a segmentação afeta a qualidade da renda gerada por sua participação no mercado de trabalho. Por exemplo, em períodos de instabilidade econômica, o efeito "trabalhador adicional" leva cônjuges ou filhos a buscar ocupações no mercado secundário, frequentemente em posições precarizadas que impactam diretamente o orçamento familiar.

Em síntese, as teorias discutidas elucidam as dinâmicas que influenciam, especialmente no que diz respeito à proporção adicional de renda que os membros da família podem gerar, quanto acerca de sua decisão de inserção no mercado de trabalho. Essa proporção adicional é um fator crucial para entender como as escolhas de trabalho se desenrolam nas famílias, particularmente nas menos afortunadas, onde a necessidade de complementar o salário do provedor principal, que muitas vezes é baixo, se torna uma realidade.

A análise do impacto da renda adicional nos incentivos e nas decisões dos indivíduos destaca a importância de considerar não apenas o salário do provedor principal, mas também como a contribuição de outros membros da família pode afetar a qualidade de vida e as oportunidades futuras.

### 3.2.2 Revisão Empírica

A crescente discussão sobre as dinâmicas familiares e as escolhas entre lazer e trabalho tem atraído a atenção de economistas e sociólogos, especialmente no contexto da importância da renda adicional para o bem-estar econômico familiar. No Brasil, o papel dos membros da família que não ocupam o cargo de chefe de família se torna cada vez mais relevante, sobretudo em cenários onde a renda do provedor principal não é suficiente para garantir um padrão de vida adequado.

Diversos estudos têm contribuído para a compreensão dessa temática. Dini *et al.* (1999) analisam a estrutura da renda familiar no Brasil, utilizando dados das PNADs e outras fontes do IBGE para construir um modelo de decomposição da renda familiar *per capita*. Este modelo incorpora diversas fontes de renda, como rendimentos do trabalho, aposentadorias e benefícios sociais. As conclusões destacam que a renda adicional gerada por cônjuges desempenha um papel significativo na mitigação da pobreza, além de aumentar a segurança financeira dos lares.

Marri e Wajnman (2007) também abordam a participação econômica de membros da família, com foco nas mulheres. O estudo utiliza dados da PNAD de 2004 e aplica modelos de regressão logística e o método de Oaxaca para decompor as desigualdades salariais entre esposas e maridos. Os resultados indicam que a contribuição financeira feminina não apenas amplia o poder aquisitivo das famílias, mas também enfrenta barreiras relacionadas à sobrecarga nas tarefas domésticas e aos papéis tradicionais de gênero. A pesquisa explora as características demográficas e socioeconômicas dos lares em que as mulheres são responsáveis por uma parcela significativa da renda familiar, embora frequentemente não sejam reconhecidas como chefes de família. Esse trabalho revela como as mulheres desempenham um papel duplo, equilibrando responsabilidades domésticas e contribuições financeiras.

Hoffmann (2019) investiga a relação entre escolaridade, gênero e desigualdade de renda domiciliar entre 1995 e 2015. Utilizando técnicas de decomposição do índice de Gini, o estudo demonstra que o aumento da escolaridade das mulheres contribuiu para uma distribuição de renda mais equitativa no Brasil. No entanto, Hoffmann (2019) identifica um padrão de seletividade educacional entre cônjuges, o que implica que casais com níveis similares de escolaridade tendem a consolidar suas vantagens econômicas. Embora o estudo não foque diretamente em regiões específicas, suas descobertas sobre os impactos da escolaridade na composição da renda são

fundamentais para contextualizar o papel de cônjuges no mercado de trabalho.

Costa Ribeiro e Machado (2018) examinam o impacto da crescente participação das esposas no mercado de trabalho sobre a desigualdade de renda familiar entre 1992 e 2014. Por meio de dados da PNAD e modelos contrafatuais, os autores mostram que a proporção da renda familiar advinda das esposas aumentou ao longo do período, contribuindo significativamente para a redução da desigualdade de renda. Essas descobertas enfatizam o papel central das esposas na estruturação da economia familiar.

Gonzaga e Reis (2011) exploram os efeitos de crise econômica sobre a participação feminina no mercado de trabalho, destacando o aumento da entrada de mulheres no mercado de trabalho quando seus maridos perdem o emprego. No entanto, o estudo também revela o efeito "desalento", em que recessões prolongadas reduzem as chances de entrada no mercado de trabalho, comprometendo a renda adicional necessária para a manutenção do consumo familiar. Essa abordagem fornece *insights* sobre a resiliência econômica das famílias e o papel estratégico dos membros secundários durante períodos de instabilidade.

Oliveira *et al.* (2014) investigam o efeito "trabalhador adicional" em filhos de 10 a 18 anos de famílias onde o chefe de família enfrenta desemprego. Utilizando dados da PME, o estudo analisa a transição de filhos para a População Economicamente Ativa (PEA), observando as implicações para a formação educacional e o capital humano desses jovens. Embora focado em uma faixa etária específica, o estudo reforça a importância de entender como diferentes membros da família respondem a crises econômicas e as consequências da entrada precoce no mercado de trabalho.

Portanto, embora esses estudos ofereçam importantes contribuições para a compreensão da dinâmica da renda familiar no Brasil, ainda existem lacunas, especialmente quando se trata de analisar o impacto regional da renda adicional. Este estudo busca preencher essa lacuna ao investigar como a renda de membros que não são chefes de família afeta o salário total das famílias sul-brasileiras, avaliando também as percepções sobre essa renda e suas implicações para o bem-estar e o desenvolvimento econômico regional com outras fontes de renda familiar, como a dos maridos.

### 3.3 BASE DE DADOS E METODOLOGIA

A presente seção abordará brevemente acerca da fonte de dados e dos métodos estatísticos utilizados para gerar os resultados da pesquisa.

#### 3.3.1 Base de Dados

Este estudo baseia-se em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A PNAD Contínua é um levantamento estatístico com cobertura nacional, realizado de forma contínua em domicílios selecionados aleatoriamente nas zonas urbanas e rurais do país. Sua estrutura contempla uma ampla gama de informações, como aspectos demográficos, sociais, econômicos e habitacionais. Entre os dados disponíveis, estão variáveis como faixa etária, sexo, cor ou raça, escolaridade, ocupação, rendimento, características do domicílio, condições laborais, entre outros.

A coleta é feita ao longo de todo o ano, com atualizações mensais, trimestrais e anuais, o que possibilita acompanhar transformações estruturais e conjunturais no tempo (IBGE, 2025). A amostra é composta por dados extraídos da PNAD Contínua Anual, abrangendo a quinta visita realizada em cada ano de 2016 a 2023, delimitada pela disponibilidade das informações históricas dessa mesma. Quanto ao limite espacial, concentra-se na Região Sul do Brasil, cuja amostra anual de indivíduos empregados varia entre aproximadamente 8.000 e 11.000. Para fins analíticos, foram considerados apenas os indivíduos ocupados que não moravam sozinhos e não eram considerados chefe de família. A seleção foi realizada com base nos critérios de inclusão de indivíduos com idades entre 18 e 60 anos.

Reconhecida por sua confiabilidade e profundidade analítica, a base da PNAD Contínua oferece subsídios fundamentais para compreender a realidade socioeconômica do país. No contexto desta pesquisa, os dados possibilitam identificar o papel desempenhado por membros não responsáveis pelo domicílio — especialmente mulheres e cônjuges — na composição da renda familiar, contribuindo para a análise dos efeitos da renda complementar no bem-estar das famílias do Sul do Brasil.

### 3.3.2 Metodologia

Neste estudo, adotou-se uma abordagem quantitativa para investigar o impacto da renda adicional de membros do núcleo familiar que não ocupam a posição de chefe de família sobre a proporção de contribuição salarial para o rendimento familiar das famílias na região Sul do Brasil. É importante frisar que o conceito de chefe de família não está atrelado necessariamente ao indivíduo de maior renda dentre os familiares, uma vez que essa posição por vezes provém de um cargo social, como maridos ou mães por exemplo. Dito isso, o não chefe de família portanto, pode ter um rendimento maior que os demais membros da casa.

A metodologia adotada neste estudo baseia-se na regressão linear por meio do método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para estimar os parâmetros do modelo de regressão, o chamado Modelo Clássico de Regressão Linear Normal (MCRLN). Para garantir a robustez dos resultados, foi utilizada a versão conhecida como MQO robustos de White, que ajusta os erros padrão dos coeficientes estimados, corrigindo a heterocedasticidade presente nos dados. A heterocedasticidade ocorre quando a variância dos erros não é constante ao longo das observações, o que pode comprometer a eficiência das estimativas e a validade dos testes de hipótese. O uso de MQO robustos permite que os resultados sejam mais confiáveis, mesmo na presença de heterocedasticidade, que é comum em dados econômicos de corte seccional (GUJARATI; PORTER, 2011).

A forma geral de expressar o modelo é:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{i1} + \beta_2 X_{i2} + \beta_3 X_{i3} + \dots + \beta_k X_{ik} + u_i \quad (4)$$

onde  $Y_i$  é a variável dependente para a observação  $i$ ,  $X_{i1}, X_{i2}, X_{i3}, \dots, X_{ik}$  são as variáveis explicativas, sendo  $k = 1, 2, 3, \dots, 16$ .  $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \dots, \beta_k$  são os coeficientes a serem estimados e por fim,  $u_i$  é o termo de erro aleatório (GUJARATI; PORTER, 2011).

E por assim dizer, a forma funcional do modelo clássico considerando a matriz de variáveis explicativas é:

$$Y = X\beta + u \quad (5)$$

Onde a relação entre  $Y$  e  $X$  é linear nos parâmetros. A especificação padrão é aditiva, mas pode incluir variações como log-linear, quadrática ou com interações entre variáveis para capturar efeitos não lineares. A escolha adequada da forma funcional é essencial para evitar erros de especificação e garantir estimativas consistentes (LONG, 1997).

O Modelo Clássico de Regressão Linear (MCRL) baseia-se em um conjunto de suposições que garantem a validade das estimativas obtidas pelo método dos mínimos quadrados ordinários. Primeiramente, assume-se que a relação entre a variável dependente e as variáveis explicativas é linear nos parâmetros, permitindo a aplicação direta das equações de regressão. Além disso, considera-se que os erros possuem esperança condicional zero, ou seja, não estão correlacionados com as variáveis independentes, garantindo que os coeficientes estimados sejam não viesados. Outra suposição fundamental é a ausência de colinearidade perfeita entre as variáveis explicativas, o que assegura que os coeficientes possam ser identificados corretamente. Também se pressupõe que os erros possuem variância constante, condição conhecida como homoscedasticidade, e que não há correlação entre os erros de diferentes observações, evitando problemas de autocorrelação. Quando essas condições são atendidas e os erros seguem uma distribuição normal, é possível realizar inferências estatísticas confiáveis sobre os parâmetros do modelo aleatório (GUJARATI; PORTER, 2011).

Com relação aos estimadores obtidos pelo método dos mínimos quadrados ordinários, eles possuem propriedades desejáveis que garantem sua qualidade. De acordo com o Teorema de Gauss-Markov, os estimadores são os melhores estimadores lineares não viesados, ou seja, apresentam a menor variância entre todos os estimadores lineares não viesados possíveis. Além disso, são consistentes, o que significa que, à medida que o tamanho da amostra aumenta, os coeficientes estimados convergem para os valores verdadeiros da população. Se a suposição de normalidade dos erros for satisfeita, os estimadores também seguem uma distribuição normal, permitindo a realização de testes estatísticos como o teste  $t$  para significância dos coeficientes e o teste  $F$  para avaliação conjunta das variáveis explicativas. Essas características tornam o MCRL uma ferramenta fundamental para análise econômica e estatística, desde que suas suposições sejam verificadas na prática aleatório (GUJARATI; PORTER, 2011).

Embora o modelo clássico não tenha sido utilizado em estudos semelhantes

abordados anteriormente, é importante notar que os modelos *Logit* e *Probit* não são adequados ao objetivo desta análise devido à natureza da variável dependente, que é numérica e não binária, diferentemente do caso dos estudos analisados anteriormente. Os estimadores dos MQO robustos são considerados variáveis aleatórias, uma vez que seus valores podem variar entre diferentes amostras. Para realizar inferências sobre os parâmetros populacionais, é essencial conhecer as distribuições de probabilidade dos estimadores, que são obtidas assumindo a normalidade dos erros.

Os estimadores são considerados variáveis aleatórias, uma vez que seus valores podem variar entre diferentes amostras. Para realizar inferências sobre os parâmetros populacionais, é essencial conhecer as distribuições de probabilidade dos estimadores, que são obtidas assumindo a normalidade dos erros. O modelo clássico de regressão linear (MCRLN) supõe que os erros seguem uma distribuição normal com média zero e variância constante. Esta hipótese é importante, pois permite derivar a distribuição dos estimadores, facilitando a realização de testes de hipóteses sobre os coeficientes estimados. O uso dessa suposição de normalidade é justificado pelo Teorema Central do Limite, que indica que, em grandes amostras, a distribuição dos erros tende a ser normal (GUJARATI; PORTER, 2011).

Além disso, a normalidade dos erros é fundamental para a derivação das distribuições dos estimadores e para a aplicação dos testes *t* e *F*, essenciais em regressão. O modelo de regressão linear simples é, portanto, fundamentado nas propriedades estatísticas dos estimadores, que incluem a não viés, a variância mínima e a consistência, permitindo uma análise robusta dos parâmetros estimados (GUJARATI; PORTER, 2011).

O Quadro 2 abaixo especifica cada variável utilizada para a estimação dos resultados:

**Quadro 2** - Descrição das variáveis do modelo econométrico

Variáveis	Descrição	Sinal Esperado
$Z_i$ Proporção na renda	Variável dependente Proporção de contribuição na renda familiar de trabalhadores não chefe de família do Sul do Brasil. Índice variando entre 0,01 e 0,99.	Variável dependente
$X_{1i}$ Moradores no domicílio	Quantitativo.	Negativo

Variáveis	Descrição	Sinal Esperado
$X_{2i}$ Sexo	<i>Dummy</i> Assume valor 1 para feminino Assume valor 0 para masculino.	Negativo
$X_{3i}$ Idade	De 18 a 60 anos.	Positivo
$X_{4i}$ Idade <sup>2</sup>	Idade em anos, elevada ao quadrado.	Negativo
$X_{5i}$ Renda por hora	Em moeda nacional (R\$).	Positivo
$X_{6i}$ Renda <i>per capita</i>	Em percentual, variando de 0,01 a 0,99.	Positivo
$X_{7i}$ Recebe benefício social	<i>Dummy</i> Assume valor 1 se recebe ao menos 1 benefício social Assume valor 0 se não recebe nenhum benefício social.	Negativo
$X_{8i}$ Renda de outras fontes	Em moeda nacional (R\$).	Positivo
$X_{9i}$ Número de trabalhadores	Quantitativo – referente ao número de trabalhadores dentro de uma família.	Negativo
$X_{10i}$ Número de trabalhos	Quantitativo.	Negativo
$X_{11i}$ Horas semanais de trabalho	Quantitativo.	Positivo
$X_{12i}$ Anos de estudo	De 0 a 16.	Negativo
$X_{13i}$ Anos de estudo <sup>2</sup>	Anos de estudo, elevado ao quadrado.	Positivo
$X_{14i}$ Possui criança pequena	<i>Dummy</i> Assume valor 1 se possui ao menos uma criança de 5 anos ou menos no domicílio Assume valor 0 se não possui ao menos uma criança de 5 anos ou menos.	Positivo
$X_{15i}$ Cor/raça branca	<i>Dummy</i> Assume valor 1 se autodeclarado branco (ou amarelo) Assume valor 0 se não autodeclarado branco (ou amarelo) - excluindo indígenas e não identificados.	Negativo
$X_{16i}$ Cônjuge	<i>Dummy</i> Assume valor 0 se é identificado como cônjuge Assume valor 1 se é identificado como filho/enteado ou nora/genro Assume valor 2 se não é nenhum dos anteriores.	Negativo

**Fonte:** Elaboração própria com base na escolha das variáveis.

Com relação ao sinal esperado de cada variável, espera-se que o número de residentes ( $X_{1i}$ ) no domicílio apresente sinal negativo, uma vez que, com mais pessoas na casa, é provável que haja divisão da renda entre vários membros, reduzindo a proporção da contribuição de um único provedor secundário. O sexo feminino ( $X_{2i}$ ) tende a apresentar sinal negativo, dado que, historicamente, as

mulheres enfrentam desigualdades no mercado de trabalho, como menores salários e maior informalidade, o que pode resultar em menor participação relativa na renda familiar.

É esperado que a idade ( $X_{3i}$ ) tenha influência positiva, pois indivíduos mais velhos geralmente acumulam experiência e estabilidade no mercado, o que tende a aumentar sua contribuição. No entanto, o quadrado da idade ( $X_{4i}$ ) deve apresentar sinal negativo, pois, a partir de certa faixa etária, pode haver redução na participação no trabalho, seja por aposentadoria ou diminuição da carga horária.

A renda por hora ( $X_{5i}$ ) apresenta sinal esperado positivo, pois indivíduos com maior rendimento por unidade de tempo tendem a possuir ocupações mais qualificadas e bem remuneradas, o que se traduz em uma contribuição proporcionalmente maior para a renda do trabalho no domicílio. Esse efeito reflete a valorização da produtividade individual no mercado de trabalho, sendo comum que pessoas com salários-hora mais elevados ocupem posições de maior destaque econômico dentro da estrutura familiar. De maneira semelhante, a renda *per capita* ( $X_{6i}$ ) do domicílio tem sinal negativo esperado, pois, em famílias com renda mais elevada, a participação relativa de um único membro tende a ser menor.

O recebimento de benefício social ( $X_{7i}$ ) tende a apresentar sinal esperado negativo, uma vez que essa variável geralmente está associada a contextos de vulnerabilidade econômica e baixa inserção no mercado formal de trabalho. Indivíduos que recebem transferências sociais podem contribuir proporcionalmente menos para a renda do trabalho do domicílio, pois esses auxílios muitas vezes complementam e substituem, total ou parcialmente, a necessidade de geração de renda via atividade laboral, refletindo limitações no acesso a oportunidades de emprego ou dificuldades relacionadas a escolaridade, saúde, ou encargos familiares, como o cuidado com dependentes. Por outro lado, a renda proveniente de outras fontes ( $X_{8i}$ ) pode contribuir positivamente para a participação proporcional do provedor secundário, ao complementar a subsistência da casa.

O número de trabalhadores no domicílio ( $X_{9i}$ ) tende a apresentar sinal esperado negativo, uma vez que, à medida que mais membros da família exercem atividades remuneradas, a participação relativa de um único indivíduo na renda do trabalho tende a ser menor. Esse comportamento pode refletir estratégias de sobrevivência familiar em contextos de instabilidade econômica, nas quais múltiplos membros são inseridos no mercado de trabalho para garantir a sustentabilidade do domicílio, mas também

pode indicar a complementação da subsistência familiar através da renda extra.

Por outro lado, o número de ocupações ( $X_{10i}$ ), por sua vez, apresenta sinal negativo, pois, embora indique maior esforço, pode refletir vínculos informais ou empregos de baixa remuneração, que não necessariamente elevam a proporção de renda do provedor secundário. Já a carga horária semanal de trabalho ( $X_{11i}$ ), tende a influenciar positivamente, já que mais horas trabalhadas implicam, em geral, maior renda e maior contribuição relativa.

Os anos de estudo ( $X_{12i}$ ), apresentam sinal esperado negativo, partindo da hipótese de que indivíduos com maior escolaridade podem ainda estar em fase de formação ou transição para o mercado de trabalho, o que reduziria sua contribuição imediata à renda familiar. No entanto, a variável anos de estudo ao quadrado ( $X_{13i}$ ), tende a apresentar sinal positivo, indicando que, a partir de determinado nível educacional, a qualificação acumulada passa a favorecer uma inserção mais sólida no mercado de trabalho, ampliando a relevância econômica do indivíduo dentro do domicílio.

A presença de criança pequena no domicílio ( $X_{14i}$ ) apresenta sinal esperado positivo, pois, muitas vezes, a responsabilidade com filhos pequenos impulsiona os membros da família a buscarem contribuir mais ativamente com a renda familiar, como forma de complementar os custos associados à criação.

Por fim, a variável relacionada à cor ou raça ( $X_{15i}$ ) tem sinal negativo esperado, dado que indivíduos não brancos enfrentam maior desigualdade estrutural e têm menos acesso a empregos bem remunerados. Já parentescos diversos, como filhos ou pais ( $X_{16i}$ ), apresentam sinal negativo, pois costumam contribuir menos para o total da renda.

Assim sendo, as variáveis escolhidas apresentam relevância dentro do contexto da pesquisa e devem ajudar a explicar fatores como a contribuição dos provedores secundários nas diversas divisões familiares sul-brasileiras.

### 3.4 RESULTADOS

Esta seção apresenta dois tipos de resultados, uma análise preliminar acerca da amostra, tal como o perfil dos não chefes de família. Posteriormente, apresenta os resultados da regressão linear, bem como suas interpretações.

### 3.4.1 Dados Descritivos

A partir da análise das variáveis, foram obtidos os dados apresentados, que refletem o perfil médio dos indivíduos não chefes de família na amostra entre 2016 e 2023.

**Tabela 6** – Percentual de Não Chefes de Família empregados na Região Sul – 2016 a 2023.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Mulher	60,57	57,32	54,88	53,63	52,72	51,01	50,43	50,16
Cor/raça branca	81,56	79,77	77,57	77,33	79,08	77,48	75,29	74,76
Cônjuge	55,10	55,93	56,56	56,67	57,40	55,95	57,46	57,48
Filho	40,65	39,47	39,27	37,98	37,81	37,83	35,96	36,17
Possui criança pequena	20,21	20,65	20,23	20,35	20,44	18,53	19,35	18,91

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na PNADC de 2016 a 2023.

A Tabela 6 apresenta a distribuição percentual dos indivíduos não chefes de família empregados na Região Sul, entre os anos de 2016 e 2023. Observa-se uma redução na participação feminina, que caiu de 60,57% em 2016 para 50,16% em 2023. Essa queda pode refletir mudanças nas dinâmicas familiares e no mercado de trabalho, como a transição de mulheres para a posição de chefes de família, ou ainda sua saída da força de trabalho em determinados períodos, especialmente após a pandemia.

A proporção de pessoas que se autodeclararam brancas também diminuiu ao longo do período, passando de 81,56% para 74,76%. Essa redução pode estar associada tanto ao aumento da diversidade racial na amostra, por meio da chegada de migrantes de outras regiões do país em busca de oportunidades, quanto a mudanças na autoidentificação racial por parte dos respondentes.

O percentual de cônjuges entre os não chefes empregados aumentou levemente, de 55,10% em 2016 para 57,48% em 2023, o que reforça seu papel importante como provedores secundários no contexto familiar.

No caso dos filhos empregados, percebe-se uma tendência de leve queda na proporção ao longo do tempo, indo de 40,65% em 2016 para 36,17% em 2023. Essa redução pode estar relacionada ao prolongamento da permanência dos jovens na educação formal, mudanças na composição etária dos domicílios ou dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Por fim, o grupo de indivíduos que possuem criança pequena no domicílio representou, ao longo de todo o período, cerca de 20% da amostra de não chefes

empregados, com pequenas oscilações. O maior valor foi registrado em 2017 (20,65%) e o menor em 2021 (18,53%). Esses percentuais sugerem que, apesar da responsabilidade com o cuidado infantil, muitos desses indivíduos permanecem ativos no mercado de trabalho, evidenciando a importância de políticas públicas, como a expansão do acesso a creches, que viabilizem a conciliação entre trabalho e cuidado no interior dos lares.

A Tabela 7 apresenta a evolução da contribuição proporcional na renda familiar proveniente do trabalho, considerando gênero, posição familiar, escolaridade e benefício social. Essa proporção é calculada a partir da variável dependente (proporção de participação na renda da casa relacionada ao trabalho), a qual é calculada a média dessa mesma isolando a variável independente em questão, por exemplo, apenas mulheres, ou apenas pessoas com ensino médio completo. O índice resultante varia de 0 a 1, onde 0 representa nenhuma participação na renda familiar do trabalho e 1 indica 100% de participação nessa renda, ou seja, o único provedor.

**Tabela 7** – Proporção média de contribuição na renda familiar do trabalho na Região Sul (%) - 2016 a 2023.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Brasil</b>								
Mulher	36,61	36,95	36,93	36,97	37,66	37,23	37,36	37,76
Homem	42,25	43,11	43,59	43,98	44,55	44,41	44,95	45,09
Cônjuge	41,16	42,47	43,00	43,46	44,47	44,54	44,94	45,51
Filho	36,59	36,65	36,53	36,57	36,77	36,86	36,79	36,82
E. M. completo	38,85	39,38	39,66	40,05	40,70	40,32	40,56	40,84
E. S. completo	40,77	41,59	41,51	41,57	42,36	42,06	42,79	43,19
Recebe benefício social	35,67	35,78	35,28	35,65	38,20	38,05	36,04	36,72
<b>Região Sul</b>								
Mulher	36,69	36,92	36,63	36,49	37,22	37,23	37,12	37,83
Homem	42,17	43,03	43,98	44,68	44,54	44,65	45,29	45,36
Cônjuge	41,48	42,77	43,53	44,11	44,44	44,79	45,16	45,63
Filho	35,41	35,04	34,82	35,27	35,14	35,28	35,09	35,57
E. M. completo	38,76	39,13	39,97	40,18	39,93	40,23	40,44	40,76
E. S. completo	40,75	41,41	41,50	41,77	41,95	42,97	43,15	43,45
Recebe benefício social	37,95	38,30	36,17	38,19	39,04	37,93	37,31	39,69

**Fonte:** Elaborado pela autora com base na PNADC de 2016 a 2023.

A análise mostra que a Região Sul apresenta padrões bastante semelhantes aos da média nacional, com pequenas variações relevantes. A participação feminina, por exemplo, manteve-se estável e próxima da média do Brasil, atingindo 37,83% em 2023 no Sul, contra 37,76% no país, o que reforça o papel contínuo das mulheres como provedoras secundárias, mesmo diante da desigualdade de rendimentos. Entre

os homens, os valores foram um pouco mais elevados no Sul ao longo do tempo, indicando maior ocupação em postos mais bem remunerados, com 45,36% em 2023.

Os cônjuges também apresentaram participação crescente na região, chegando a 45,63% no mesmo ano, o que sugere maior equilíbrio na divisão das responsabilidades econômicas dentro dos lares. Em contrapartida, a contribuição dos filhos foi ligeiramente inferior no Sul, 35,57% em 2023 frente a 36,82% no Brasil, o que pode refletir maior permanência na educação formal ou menor pressão econômica sobre os jovens.

No recorte por escolaridade, tanto os indivíduos com ensino médio quanto com ensino superior mostraram percentuais próximos entre Sul e Brasil, com ligeira vantagem no Sul a partir de 2021 no grupo com ensino superior completo. Por fim, a contribuição de quem recebe benefício social foi mais alta na Região Sul durante todo o período, alcançando 39,69% em 2023, contra 36,72% na média nacional, o que sugere um perfil mais economicamente ativo mesmo entre os beneficiários de programas assistenciais.

Em síntese, os dados descritivos indicam transformações importantes no perfil dos provedores secundários na Região Sul entre 2016 e 2023. A redução na participação feminina e na proporção de indivíduos brancos sugere mudanças nas dinâmicas sociais e demográficas, enquanto a estabilidade da presença de cônjuges e a leve queda na participação dos filhos evidenciam ajustes nas formas de contribuição econômica dentro dos lares. Apesar de variações nas composições familiares, a análise da participação média na renda familiar revela que a Região Sul mantém padrões semelhantes ao cenário nacional, com destaque para a maior contribuição de beneficiários de programas sociais, o que aponta para um engajamento econômico ativo mesmo em contextos de vulnerabilidade. Esses resultados reforçam a importância dos provedores secundários na sustentação econômica das famílias e motivam uma análise econométrica mais aprofundada sobre os fatores que determinam a sua participação na renda familiar.

### 3.4.2 Resultados Econométricos

A partir do modelo de regressão dos mínimos quadrados ordinários, foi possível estimar a influência das variáveis dentro da proporção da renda advinda do trabalho, proporcionando entendimento acerca dos determinantes da participação dos

provedores secundários na renda familiar estimada em proporção de seu salário, sejam eles cônjuges ou demais membros de primeiro grau da família, como filhos e pais.

A Tabela 8 apresenta os resultados dos coeficientes para os anos analisados:

**Tabela 8** - Resultado Econométricos da proporção de participação na renda familiar do trabalho na Região Sul - 2016 a 2023.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Moradores no domicílio	-0,021***	-0,017***	-0,021***	-0,022***	-0,013***	-0,023***	-0,020***	-0,024***
Sexo feminino	-0,067***	-0,070***	-0,069***	-0,072***	-0,077***	-0,059***	-0,069***	-0,067***
Idade	0,007***	0,007***	0,006***	0,008***	0,007***	0,007***	0,007***	0,007***
Idade <sup>2</sup>	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***
Renda por hora	0,005***	0,003***	0,005***	0,004***	0,002***	0,006***	0,004***	0,004***
Renda per capita	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***	-0,000***
Benefício social	-0,002	0,0161*	0,0136	-0,004	-0,004	-0,011*	0,006	0,002
Renda de outras fontes	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***
Número de trabalhadores	-0,080***	-0,082***	-0,082***	-0,084***	-0,089***	-0,078***	-0,088***	-0,083***
Número de trabalhos	-0,035***	-0,036***	-0,055***	-0,028***	-0,030***	-0,030***	-0,030***	-0,045***
Horas semanais	0,005***	0,004***	0,005***	0,005***	0,004***	0,005***	0,004***	0,005***
Anos de estudo	-0,005***	-0,006***	-0,007***	-0,003**	-0,006***	-0,004***	-0,003**	-0,002*
Anos de estudo <sup>2</sup>	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***	0,000***	0,000*
Criança pequena	0,006**	0,014***	0,006**	0,017***	0,009***	0,014***	0,012***	0,013***
Cor/raça branca	-0,012***	-0,007***	-0,008***	-0,010***	-0,006**	-0,012***	-0,008***	-0,006**
Cônjuge Dummy (1)								
Filho (2)	-0,025***	-0,024***	-0,029***	-0,021***	-0,035***	-0,026***	-0,020***	-0,025***
Demais (3)	-0,014***	-0,016***	-0,007	0,0001	-0,022***	-0,013***	-0,006*	-0,013***
Constante	0,443***	0,448***	0,483***	0,416***	0,472***	0,418***	0,431***	0,456***
Tamanho amostral	11.452	11.302	11.275	11.253	8.544	8.486	10.391	10.252
F de significância	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
R <sup>2</sup>	0,512	0,488	0,552	0,536	0,469	0,558	0,549	0,564

Fonte: Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa com dados da PNADC de 2016 a 2023.

Nota: \*\*\*p < 0.01, \*\*p < 0.05, \*p < 0.1.

A análise dos resultados econométricos sobre a proporção da renda do trabalho na composição da renda familiar entre os anos de 2016 e 2023 evidencia padrões consistentes e revela transformações importantes na dinâmica dos domicílios da Região Sul. De modo geral, os sinais das variáveis se mantêm estáveis ao longo dos anos, e a maioria dos coeficientes estimados apresenta significância estatística em níveis de 1%, 5% ou 10%, reforçando a robustez das estimativas.

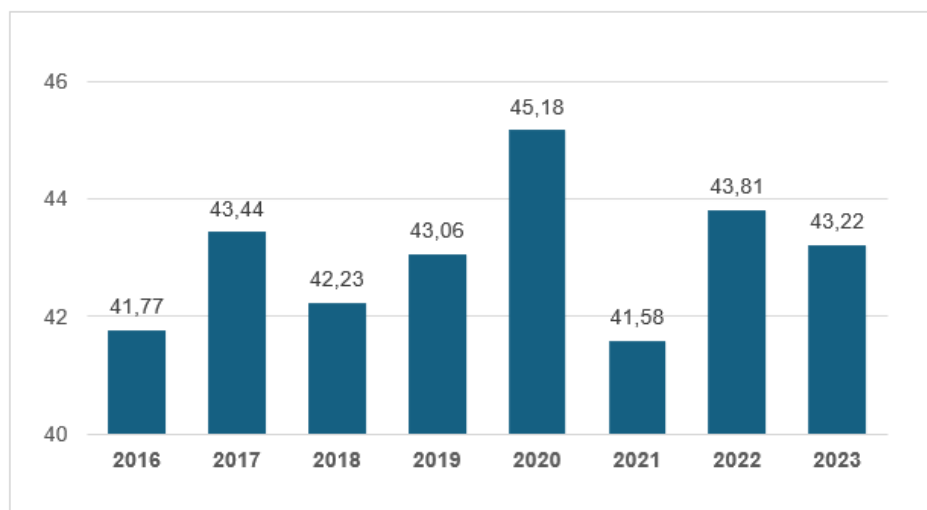
A variável que representa o número de moradores no domicílio apresentou impacto negativo em todos os anos analisados, com coeficientes que variam de -0,013 a -0,024. Em 2023, o valor mais intenso da série (-0,024) reforça a interpretação de que, em domicílios mais numerosos, a renda tende a ser diluída entre os membros, reduzindo a proporção individual da renda do trabalho, o que está de acordo com a literatura que aponta a redistribuição interna da renda como reflexo de estruturas familiares mais complexas.

A variável sexo feminino apresentou impacto negativo em todos os anos, indicando que as mulheres tendem a contribuir com uma proporção menor da renda do trabalho dentro da família. Em 2020, o coeficiente atingiu maior valor negativo (-0,077), o que pode estar associado aos efeitos da pandemia, que afetou as mulheres de forma mais intensa em domicílios com filhos pequenos ou em ocupações mais vulneráveis, segundo dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2022). A constância do sinal negativo ao longo dos anos confirma a persistência de desigualdades estruturais de gênero na participação econômica intrafamiliar.

A idade do trabalhador teve, como esperado, um efeito linear positivo e significativo, enquanto o quadrado da idade apresentou coeficiente negativo, o que confirma a existência de uma relação em forma de parábola: a proporção da renda do trabalho tende a aumentar com a idade, até certo ponto, e depois começa a diminuir, refletindo o ciclo de vida produtiva dos indivíduos. O padrão se manteve estável ao longo dos anos, com coeficientes de 0,006 a 0,008 para a idade linear, o que indica que trabalhadores mais experientes ainda são importantes provedores, mas que essa contribuição pode ser reduzida na fase final da vida ativa.

O Gráfico 1 demonstra a idade em que os provedores secundários mais contribuem com a renda doméstica do trabalho conforme o ano analisado.

**Gráfico 1 - Idade de maior contribuição dos provedores secundário no Sul do Brasil - 2016 a 2023.**



**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos resultados da pesquisa com dados da PNADC de 2016 a 2023.

Os dados do Gráfico 1 indicam que a contribuição do provedor secundário à renda do domicílio atinge seu ponto máximo entre 41 e 45 anos, a depender do ano analisado. Esse padrão sugere que há um ciclo etário de maior participação econômica, seguido por uma redução gradativa na provisão, possivelmente associada a fatores como desgaste ocupacional, mudanças nas responsabilidades familiares ou transições no mercado de trabalho. A estabilidade desse pico ao longo dos anos reforça a presença de um comportamento consistente no perfil etário da provisão secundária.

A renda por hora também influenciou positivamente a proporção da renda familiar vinda do trabalho, com coeficientes entre 0,002 e 0,006 ao longo dos anos, sendo o maior impacto observado em 2021. O resultado é coerente com a ideia de que rendimentos horários mais altos aumentam a participação relativa da renda individual no total familiar. No entanto, a renda *per capita* do domicílio apresentou impacto negativo e significativo estatisticamente, embora pequeno, em todos os anos analisados. Esse comportamento sugere que, à medida que a renda total do domicílio aumenta, a dependência da renda do trabalho individual diminui, possivelmente pela maior presença de outras fontes de renda, como aposentadorias ou rendimentos de capital.

Por outro lado, a variável benefício social apresenta sinais variados ao longo dos anos, embora não demonstre significância estatística em quase todo o período

analisado. Em 2017, o recebimento de benefício social apresentou sinal positivo e estatisticamente significativo, indicando que, naquele contexto, indivíduos não chefes de família que viviam em domicílios beneficiados contribuía proporcionalmente mais para a renda familiar. Esse comportamento pode estar relacionado à necessidade de complementar a renda em momentos de instabilidade econômica, quando o benefício social não era suficiente para suprir as necessidades do domicílio. Já em 2021, o sinal se inverteu e tornou-se negativo, também com significância estatística, o que pode refletir os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho, especialmente entre os trabalhadores informais ou secundários, cuja inserção foi mais prejudicada (IBRE; FGV, 2022). Nos demais anos, os coeficientes não foram estatisticamente significativos, o que indica que, no geral, o recebimento de benefício social não teve relação consistente com a variação da proporção de renda dos não chefes ao longo do período. Isso sugere que o efeito dessa variável é circunstancial, dependendo do contexto econômico e das políticas públicas vigentes em cada ano.

Quanto à renda de outras fontes, que inclui pensões, aposentadorias e aluguéis, apresentou sinal positivo e significância estatística durante todo o período analisado (2016 a 2023). Isso indica que, em situações de rendimentos extras, geralmente esse mesmo está associado a famílias onde os provedores secundários já estão inseridos no mercado de trabalho.

A estrutura da ocupação também impactou diretamente os resultados. O número de trabalhadores no domicílio apresentou coeficiente negativo expressivo e significativo em todo o período, variando entre -0,078 e -0,089. Isso sugere que, quanto maior o número de trabalhadores no domicílio, menor é a participação relativa de um indivíduo específico na renda total do trabalho, refletindo uma divisão mais equilibrada da contribuição econômica entre os membros ativos. Da mesma forma, o número de vínculos de trabalho também apresentou sinal negativo e significativo ao longo dos anos, o que indica que possuir múltiplos empregos não necessariamente se traduz em maior proporção na renda familiar, podendo inclusive refletir situações de precarização do trabalho.

A carga horária semanal manteve sinal positivo e significativo, com coeficientes em torno de 0,004 a 0,005, o que indica que mais horas trabalhadas por semana estão associadas a uma maior contribuição relativa para a renda da família, o que é compatível com o referencial teórico abordado. Já a escolaridade, ao contrário do esperado, apresentou sinal negativo e estatisticamente significativo em praticamente

todos os anos. Apesar disso, o quadrado dos anos de estudo teve sinal positivo, sugerindo uma relação não linear entre educação e contribuição na renda familiar: até certo ponto, mais anos de estudo podem estar associados a menor participação na renda familiar, possivelmente em função de jovens ainda em formação, enquanto níveis mais altos (como ensino superior completo) tendem a elevar a contribuição.

A presença de criança pequena no domicílio demonstrou sinal positivo e significativo ao longo dos anos, indicando que, mesmo em lares com crianças pequenas, alguns membros não chefes ainda mantêm contribuição relevante na renda familiar, o que pode estar associado ao maior envolvimento de cônjuges ou filhos adultos nas atividades remuneradas, especialmente em períodos de maior vulnerabilidade econômica. Esse resultado também destaca a importância da oferta de creches públicas e acessíveis, que representam uma política fundamental para garantir a permanência e o ingresso de provedores secundários no mercado de trabalho, ao viabilizar a conciliação entre cuidado e atividade produtiva, sobretudo para mulheres em domicílios com responsabilidades compartilhadas.

A variável raça/cor branca apresentou sinal negativo em todos os anos analisados, com os efeitos mais acentuados registrados em 2016 e 2021 (-0,012). Esse resultado sugere que indivíduos brancos, enquanto não chefes de família, tendem a contribuir proporcionalmente menos para a renda do trabalho do domicílio. Uma possível explicação é que, em média, esse grupo possui maior acesso a oportunidades educacionais e de qualificação profissional, o que pode postergar sua entrada efetiva no mercado de trabalho. Além disso, considerando que pessoas brancas geralmente têm acesso a postos de trabalho mais bem remunerados, é possível que o chefe de família — sendo branco — concentre uma parcela maior da renda total do domicílio, reduzindo, assim, a participação proporcional dos demais membros, mesmo que estejam empregados.

A análise dos papéis familiares também revela resultados relevantes. Indivíduos identificados como filhos ou genros no domicílio apresentaram efeito negativo significativo em todos os anos, indicando menor proporção de contribuição na renda do trabalho. Com relação aos demais membros da família, como pais e avós por exemplo, em sua maioria apresentaram significância estatística e sinal negativo, identificando situações semelhantes ao ingresso dos filhos no mercado de trabalho.

Os resultados da regressão linear mostram que a contribuição dos não chefes de família à renda do trabalho na Região Sul é influenciada por uma combinação de

fatores demográficos, econômicos e estruturais. A idade, a presença de criança pequena no domicílio e a carga horária semanal se associam positivamente à participação desses indivíduos, enquanto desigualdades de gênero e cor/raça continuam impactando negativamente suas contribuições. A renda de outras fontes e a posição ocupada na estrutura familiar também afetam essa proporção, revelando a complexidade das dinâmicas internas dos lares. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas que valorizem os provedores secundários e promovam maior equilíbrio na composição da renda familiar.

Dessa forma, os resultados reforçam e atualizam a literatura sobre a importância da renda dos membros não chefes na composição da renda familiar, como apontado por Dini *et al.* (1999) e Costa Ribeiro e Machado (2018). A influência negativa do sexo feminino confirma desigualdades de gênero persistentes, já destacadas por Marri e Wajnman (2007), especialmente em contextos com filhos pequenos. A relação positiva entre idade, carga horária e contribuição para a renda dialoga com o ciclo de vida produtiva descrito por Hoffmann (2019), enquanto os efeitos variáveis dos benefícios sociais em anos de crise econômica alinham-se às análises de Gonzaga e Reis (2011). A maior participação de cônjuges e filhos em domicílios com crianças pequenas também reforça a necessidade de políticas públicas como creches acessíveis. Por fim, a menor contribuição de filhos e outros parentes, como mostrado por Oliveira *et al.* (2014), evidencia a complexidade das dinâmicas familiares e os desafios enfrentados por jovens e idosos no mercado de trabalho.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, os resultados entre 2016 e 2023 evidenciam mudanças relevantes na participação dos membros não chefes de família na composição da renda do trabalho na Região Sul, ao mesmo tempo em que reafirmam a persistência de desigualdades estruturais. A análise demonstra que variáveis como carga horária, idade e renda de outras fontes contribuem positivamente para a proporção da renda individual no total familiar, enquanto fatores como gênero, cor/raça, número de moradores e vínculos empregatícios apresentam efeitos negativos recorrentes.

Apesar das transformações no perfil dos provedores secundários — com destaque para a redução na participação feminina e de pessoas brancas —, observa-

se uma crescente corresponsabilidade financeira dentro dos domicílios, especialmente entre cônjuges, mesmo em contextos adversos, como o da pandemia. Esse movimento reforça a importância dos membros secundários para a sustentabilidade econômica das famílias, sobretudo em períodos de instabilidade.

A constância de efeitos negativos associados a desigualdades de gênero e raça evidencia a necessidade de políticas públicas voltadas à equidade no mercado de trabalho, à valorização da contribuição dos demais membros do domicílio e à ampliação das oportunidades de geração de renda. Assim, compreender a dinâmica da renda familiar sob essa ótica amplia o debate sobre a estrutura econômica dos lares e contribui para o desenho de estratégias mais inclusivas e eficazes.

Diante dos resultados observados, torna-se evidente a relevância de políticas públicas que possibilitem uma maior inserção e permanência dos membros não chefes de família no mercado de trabalho. A ampliação da oferta de creches públicas e acessíveis é essencial para garantir que cuidadores, especialmente mulheres, possam conciliar trabalho e cuidado de crianças pequenas. Da mesma forma, é fundamental promover a equidade de gênero por meio de políticas que ampliem o acesso das mulheres a empregos formais, com melhores condições e remunerações. O aperfeiçoamento de programas de transferência de renda também se mostra estratégico, mas em períodos de crise como a pandemia de Covid-19, quando muitas famílias enfrentaram perda de emprego e informalidade. Adicionalmente, o estímulo à qualificação profissional e ao acesso ao ensino superior pode elevar, no médio e longo prazo, a capacidade contributiva dos indivíduos, ampliando a estabilidade econômica das famílias. Portanto, a valorização dos provedores secundários deve estar no centro das políticas sociais e econômicas, a fim de construir arranjos familiares mais equilibrados e sustentáveis.

## 4 CONCLUSÃO

A análise conjunta dos dois estudos conduzidos entre 2016 e 2023 sobre a dinâmica da chefia de família e a participação dos membros não chefes na renda do trabalho na Região Sul do Brasil permite uma compreensão mais ampla das transformações ocorridas nos arranjos familiares ao longo do tempo. Os resultados evidenciam que a configuração econômica dos lares é moldada por múltiplos fatores sociais, demográficos e laborais, ultrapassando a simples associação entre rendimento e liderança familiar.

O primeiro estudo demonstrou que, embora a renda individual ainda seja o principal determinante da chefia de família, outras variáveis como idade, gênero, estrutura do domicílio e vínculos empregatícios exercem influência significativa sobre essa definição. A redução gradual do impacto negativo associado ao sexo feminino, especialmente após a pandemia, sinaliza uma reconfiguração dos papéis familiares e a emergência de novas formas de organização doméstica mais sensíveis à realidade das mulheres provedoras.

Complementarmente, o segundo estudo revelou que os membros não chefes de família exercem papel cada vez mais relevante na composição da renda familiar, ainda que persistam desigualdades estruturais marcadas por gênero, raça/cor e posição ocupacional. A ampliação da corresponsabilidade financeira, especialmente entre cônjuges, sugere uma tendência à descentralização do papel de provedor exclusivo e ao compartilhamento das obrigações econômicas no interior dos domicílios.

Esses achados reforçam a importância de políticas públicas que reconheçam e valorizem a contribuição dos diversos membros da família no sustento do lar. Medidas como a ampliação do acesso a creches públicas, a promoção da equidade de gênero no mercado de trabalho, o fortalecimento dos programas de transferência de renda em contextos de crise e o estímulo à qualificação profissional são fundamentais para garantir a inserção plena e equitativa dos indivíduos no mercado de trabalho e para reduzir as disparidades estruturais que ainda limitam a autonomia econômica de grupos específicos.

Em síntese, os dois estudos convergem ao demonstrar que as relações de poder, provisão e participação econômica dentro das famílias estão em processo de resignificação. Ao demonstrar essas mudanças, os trabalhos contribuem para o

debate acadêmico e para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, que promovam justiça social e sustentabilidade econômica nos lares brasileiros.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA GOV. **Mulheres são responsáveis por chefiar quase a metade dos lares brasileiros**. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>. Acesso em: 30 set. 2024.

AGÊNCIA GOV. **Em 2023, Brasil bate recorde de pessoas com trabalho e com carteira assinada**. Disponível em:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/em-2023-brasil-bate-recorde-de-pessoas-com-trabalho-e-com-carteira-assinada>. Acesso em: 10 mar. 2025.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Censo 2022: em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>. Acesso em: 12 out. 2024.

ALVES, D. F., *et al.* Evolução da Economia Regional: da origem aos fatos estilizados recentes. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 55, n. 2, p. 8-26, abr/2024.

ANDRADE, R. O. Novos arranjos nos lares brasileiros. **Gênero**, FAPESP, São Paulo, jan./2018.

BARROS, R. P. D; MENDONÇA, R. S. P. D. Família e Distribuição de Renda: o impacto da participação das esposas no mercado de trabalho. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 483-504, dez./1989.

BECKER, G. A Theory of Marriage: Part I. **Journal of Political Economy**, 81 (4), July–August, 813–46. 1973

BECKER, G. **A Treatise on the Family**. Enlarged ed. USA: Harvard University Press. 1993. P. 30-53.

BECKER, G. **El Capital Humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

CNN. **Informalidade volta a crescer e ajuda a derrubar renda no país**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/informalidade-volta-a-crescer-e-ajuda-a-derrubar-renda-no-pais-aponta-ibge/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

DINI, N. P *et al.* Renda Familiar e Mercado de Trabalho: um balanço da década. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 153-166, out./1999.

DOERINGER, P. B.; PIORE, M. **Internal Labor Markets and Manpower Analyses**. Heath Lexington Books. 1971.

FISHER, I. **The Rate of Interest**. New York: Macmillan, 1907.

FGV. **A pressão da inflação da pandemia sobre as famílias mais pobres**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/pressao-inflacao-pandemia-sobre-familias-mais-pobres>. Acesso em 20 jun/2025.

FGV. **Recuperação do mercado de trabalho das regiões brasileiras perde fôlego no início de 2023**. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/recuperacao-mercado-trabalho-regioes-brasileiras-perde-folego-inicio-2023>. Acesso em 09 mai/2025.

GONZAGA, G.; REIS, M. C. Oferta de Trabalho e Ciclo Econômico: os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 65, n. 2, p. 127-148, abr./2011.

GREMAUD, A. P. **Economia Brasileira Contemporânea**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2024. p. 197-238.

GUIMARÃES, P. W.; SANTOS, C. M. **Determinantes da Ocupação no Mercado de Trabalho de Maridos e Esposas**. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. Taubaté, v. 6, n.2, p. 23-43, ago/2009.

GUJARATI, D. N; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. 5 ed. São Paulo: AMGH, 2011. P. 118-130.

HOFFMANN, R. Como Mulheres e Homens Contribuem para a Desigualdade da Renda Domiciliar *per capita* no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 821-854, set./2019.

HOSMER, J. *et al.* **Applied Logistic Regression**. 3. ed. USA: Wiley, 2013. p. 1-76.

IBGE. **Conheça o Brasil – Cor ou raça**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 27 fev/2025.

IBGE. **Errata – MIGRAÇÃO: Resultados Gerais da Amostra\_28.06.2012**. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_Gerais\\_da\\_Amostra/errata\\_migracao.pdf?utm\\_source](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/errata_migracao.pdf?utm_source). Acesso em: 12 mar/2025.

IBGE. **Mulheres Brasileiras na Educação e no Trabalho, 2022**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/atualidades/20459-mulheres-brasileiras-na-educacao-e-no-trabalho>. Acesso em: 01 mar/2025.

IBGE. **O Que É Desemprego**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IBGE, IBRE. **Pandemia da Covid-19 e o Mercado de Trabalho das Regiões Brasileiras**. Disponível em: [https://blogdoibre.fgv.br/posts/pandemia-da-covid-19-e-o-mercado-de-trabalho-das-regioes-brasileiras?utm\\_source](https://blogdoibre.fgv.br/posts/pandemia-da-covid-19-e-o-mercado-de-trabalho-das-regioes-brasileiras?utm_source). Acesso em: 12

mar/2025.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2023**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=38475>. Acesso em abr/2025.

IBGE. **Panorama Regional**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/panorama>. Acesso em: 11 ago. 2024.

IBGE. **Panorama Regional**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>. Acesso em: 13 ago. 2024.

IBGE. **Panorama Regional**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/panorama>. Acesso em: 5 ago. 2024.

IBGE. **PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** – O que é. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 18 jun. 2025.

IBRE, FGV. **O Impacto da Pandemia no Mercado de Trabalho**. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/o-impacto-da-pandemia-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 22 jun. 2025.

IPEA. **Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros**. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/consulta-mapa>. Acesso em abr/2025.

IPEA. **Carta de Conjuntura 2025**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 15 abril/2025.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 1. ed. São Paulo: Relógio D'Água, 2010. p. 21-55.

LII. Legal Institute Information. **Head of household**. Disponível em: [https://www.law.cornell.edu/wex/head\\_of\\_household](https://www.law.cornell.edu/wex/head_of_household). Acesso em: 12 mar/2025.

LONG, J. S. **Regression Models for Categorical and Limited Dependent Variables**. 7. ed. USA: Sage Publications, 1997. p. 20-78.

MARRI, I. G.; WAJNMAN, S. Esposas como Principais Provedoras de Renda Familiar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 19-35, jan./2007.

MINCER, J. Labor Force Participation of Married Women: a study of labor supply. USA: **National Bureau of Economic Research**. 1962.

MTE. **Boletim: Mulheres no Mercado de Trabalho**. Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/publicacoes/boletim\\_mulheres\\_8m\\_20250307.pdf](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/publicacoes/boletim_mulheres_8m_20250307.pdf). Acesso em: 12

abril/2025.

OLIVEIRA, E. L. D; RIOS-NETO, E. G.; OLIVEIRA, A. M. H. C. D. O Efeito Trabalhador Adicional para Filhos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 29-49, jan./2014.

OPAS. **Pandemia de COVID-19 afetou mulheres desproporcionalmente nas américas**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/8-3-2022-pandemia-covid-19-afetou-mulheres-desproporcionalmente-nas-americas>. Acesso em: 20 jun. 2025.

PAULA J. *et al.* Mercado de Trabalho Formal e Pandemia: análise da alocação laboral em diferentes setores econômicos. **Nova Economia**. v. 33, n.1, p. 263-290. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/7110>. Acesso em: 23 jul. 2023.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. **Econometria**. 1. ed. USA: Pearson, 2004. p. 1-216.

PHELPS, E. S. Phillips Curves, Expectations of Inflation and Optimal Unemployment Over Time. **Economica**, Londres, v. 34, n. 135, p. 254-281, out./1967.

PNAD. **PNAD Contínua – Séries Históricas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 02 abril/2025.

RAIS. **Relação Anual de Informações Sociais – 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2023/apresentacao-rais-2023.pdf>. Acesso em 25 abril/2025.

SILVEIRA, M. A. C. D; MOREIRA, A. R. B. Taxa de Poupança e Consumo no Ciclo da Vida das Famílias Brasileiras: evidência microeconômica. **Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, nov./2014.

SOUSA, D. T., *et al.* Determinantes da Participação dos Casais no Mercado de Trabalho: análise para a região nordeste e o estado do Ceará. **IPECE**, set/2017.

SORJ, B.; FONTES, A. MACHADO, D. C. Políticas e Práticas de Conciliação entre Família e Trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**. v .37, n. 132, p. 537-594, dez/2007.

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M. Estrutura Domiciliar e Distribuição da Renda Familiar no Brasil. **RCIPEA**, Brasília, v. 1, n. 14, p. 423-445, jan./2006.